



RESOLUÇÃO nº598/2024
de 19 de agosto de 2024.

O Presidente do Conselho Universitário (Consuni), Professor Kaio Henrique Coelho do Amarante, no uso de suas atribuições e de acordo com o Parecer Consuni n.6, de 24 de julho de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Matemática, da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), conforme anexo.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Kaio Henrique Coelho do Amarante
Presidente do CONSUNI



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MATEMÁTICA

LAGES
2024

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MATEMÁTICA

Projeto Pedagógico do Curso de Matemática -
Licenciatura, aprovado pelo Conselho
Universitário (CONSUNI) da Universidade do
Planalto Catarinense (UNIPLAC).

LAGES
2024

Índice

2 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	7
2.2 NOME DA MANTENEDORA.....	7
2.3 BASE LEGAL DA MANTENEDORA.....	7
2.4 NOME DA MANTIDA.....	7
2.5 BASE LEGAL DA IES.....	7
2.6 PERFIL E MISSÃO DA IES.....	8
2.6.1 Perfil.....	8
2.6.2 Missão.....	8
2.6.3 Visão.....	8
2.6.4 Princípios.....	9
2.6.5 Valores.....	9
2.7 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES.....	9
2.8 BREVE HISTÓRICO DA IES.....	11
3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	14
3.2 NOME DO CURSO.....	14
3.2.1 Grau.....	14
3.3 ATOS LEGAIS DO CURSO.....	14
3.4 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO.....	15
3.5 NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS OU AUTORIZADAS.....	15
3.6 PERIODICIDADE.....	15
3.7 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO.....	15
3.8 TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	15
3.9 MODALIDADE DE OFERTA.....	15
3.10 FORMAS DE ACESSO.....	15
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO.....	16
4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	16
4.2.1 Política das Licenciaturas da Uniplac.....	18
4.2.2 Política das Licenciaturas Compartilhadas da UNIPLAC.....	19
4.2.3 Licenciatura com Disciplinas Compartilhadas.....	19
4.2.4 Princípios Articuladores das Licenciaturas.....	20
4.3 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO.....	21
4.4 PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO.....	21
4.4.1 Curricularização da Extensão/Práticas Extensionistas.....	25
4.5 OBJETIVOS DO CURSO.....	27
4.5.1 Objetivo Geral.....	28
4.5.2 Objetivos Específicos.....	28
4.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	28
4.7 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL.....	29
4.8 ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS.....	29
4.8.1 Estrutura Curricular.....	30
4.8.2 Resumo Explicativo.....	32
4.8.3 Ementário e Referências.....	32
4.9 CONTEÚDOS CURRICULARES.....	57
3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares.....	59
4.9.1 Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	61
4.9.2 Requisitos Legais.....	61

4.9.2.1 Educação Ambiental.....	61
4.9.2.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.....	64
3.7.3.3 Direitos Humanos.....	64
3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	65
4.10 METODOLOGIA.....	66
4.11 ESTÁGIO CURRICULAR.....	67
4.11.1 Estágio Curricular Obrigatório.....	67
4.11.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica.....	69
4.11.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.....	70
4.11.4 Estágio Curricular Não-obrigatório.....	72
4.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	72
4.13 TRABALHO DE CURSO (TC).....	73
4.14 APOIO AOS DISCENTES.....	74
4.14.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico.....	75
4.14.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação.....	76
4.15 GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA...77	77
4.16 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	79
4.17 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC.....	80
4.18 ATIVIDADES DE TUTORIA.....	81
4.19 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	82
4.20 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS).....	82
4.21 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).....	83
4.22 MATERIAL DIDÁTICO.....	84
4.23 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD).....	85
4.24 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA).....	88
4.25 ENCONTROS PRESENCIAIS.....	88
4.26 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	89
4.27 NÚMERO DE VAGAS.....	90
4.28 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.....	91
4.28.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).....	91
4.28.2 Residência Pedagógica.....	92
4.28.3 Programa de Desenvolvimento Regional PROESDE/Licenciatura.....	95
4.28.4 Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade.....	96
4.28.5 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e a Universidade.....	97
4.28.6 Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas.....	97
4.28.7 Prática como Componente Curricular.....	98
5 CORPO DOCENTE.....	99
5.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	99
5.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	99
5.4 ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	100
5.5 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO.....	100
5.6 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	100
5.7 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	101

5.8 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....	101
5.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	102
5.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	102
5.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA....	103
5.12 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.	104
5.13 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO.....	104
5.14 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO.....	105
5.15 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	105
5.16 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES.....	106
5.17 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.....	106
6 INFRAESTRUTURA.....	107
6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	107
6.3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	107
6.4 SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	108
6.5 SALAS DE AULA.....	108
6.6 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	108
6.7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	110
6.8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	111
6.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	114
6.10 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA.....	114
6.10.1 Laboratório de Matemática.....	115
6.11 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	115
7 REQUISITOS LEGAIS.....	118
8 REFERÊNCIAS.....	121

2 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

2.2 NOME DA MANTENEDORA

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense
CNPJ: 84.953.579/0001-05

2.3 BASE LEGAL DA MANTENEDORA

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (Fundação UNIPLAC), CNPJ n. 84.953.579/0001-05, foi criada pela Lei nº 5, de 14 de março de 1969, alterada pelas leis nº 32, de 29 de agosto de 1969 e 01, de 03 de abril de 1.973, e consolidadas pela lei 92, de 01 de abril de 1.998, registrada no livro A-4, sob o n. 1.240 de pessoas jurídicas, em 13/04/1998, no Cartório do Registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages/SC. É entidade educacional, com abrangência nacional, com prioridade regional, de caráter comunitário e sem fins lucrativos, pública de direito privado, com prazo de duração indeterminado.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário - Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1022

email: secfundacao@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

2.4 NOME DA MANTIDA

Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

2.5 BASE LEGAL DA IES

Reconhecida mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15/06/1999 e pelo Decreto n. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09/11/2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado,

publicado no DOE.

Renovação do credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23/11/2010, e pelo Decreto n. 038, de 10/02/2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

A Universidade, por meio do Of. 01/2018 – e-MEC, processo – SEI 23000.002418/2018-94 - restituição prerrogativa de autonomia universitária.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário.

Município: Lages/SC.

CEP: 88.509-900.

Contato: Fone: (49) 3251-1022

email: gabinetedoreitor@uniplaclages.edu.br

homepage: [http:// www.uniplaclages.edu.br](http://www.uniplaclages.edu.br)

Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac.

2.6 PERFIL E MISSÃO DA IES

2.6.1 Perfil

A Uniplac é IES mantida pela Fundação Uniplac, que foi criada por Lei Municipal, de caráter privado e comunitário, se encontra vinculada ao Sistema Federal de Ensino, através do Edital n. 4, de 10/07/2014, de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa n. 840, de 24 de agosto de 2018, do Gabinete do Ministro da Educação, e Resolução do Conselho Universitário (Consuni), n. 134, de 25/07/2014.

2.6.2 Missão

Promover a formação de cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

2.6.3 Visão

Ser uma universidade comunitária de referência na promoção do conhecimento e desenvolvimento sustentável.

2.6.4 Princípios

Justiça, respeito, disciplina, equidade, legalidade, imparcialidade, transparência, humildade, integridade, respeito ao indivíduo e diversidade.

Justiça social. Formação humana, técnico-científica, ética e cultural. Desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

2.6.5 Valores

Busca da excelência. Promoção do empreendedorismo. Desenvolvimento Regional e Responsabilidade socioambiental. Igualdade e equidade nas relações.

2.7 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES

O Estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se, fazendo do estado de Santa Catarina a oitava maior economia brasileira pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, Lages é um município do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, possui 158.846 habitantes. Lages é um dos municípios com área territorial de 2.631.504 km² e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do Estado. Lages também se caracteriza por ter altitude elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar.

A ocupação da Região Serrana de Santa Catarina, no Século XVIII, articulou pecuária extensiva, concentração fundiária e coronelismo político. O 1º ciclo econômico foi a pecuária extensiva e o 2º ciclo econômico regional: extração de madeira (*Araucariaangustifolia*), que iniciou nos anos 30, do século XX. Em 1940, a extração da madeira, superou a pecuária em importância econômica e o apogeu deu-se nos anos 50. Porém, nos anos 60 e 70, iniciou o esgotamento do ciclo madeireiro, um dos fatores que contribuiu para o IDH abaixo da média do Estado.

Novas propostas surgiram para o desenvolvimento de Lages e Região, a saber: 1) Industrialização, com ênfase na agroindústria, inclusive indústria madeireira; 2) Setor de

serviços (Educação, inclusive Ensino Superior); 3) Agropecuária de bases intensivas; 4) Fruticultura de clima temperado; 5) Vitivinicultura; 6) Silvicultura; 7) Turismo Rural.

Lages é conhecida como "Princesa da Serra", município de maior extensão territorial de Santa Catarina, possui perfil agrícola e pecuária, com expressiva produção florestal, fator decisivo para a alavancagem e consolidação dos segmentos de celulose e papel, madeireiro e moveleiro da Macrorregião.

A nossa região se destaca com novos projetos industriais, desenvolvimento regional sustentável e tecnológico que possui papel importante na geração de emprego e renda do município. Existem empresas multinacionais nos ramos de máquinas e implementos agrícolas, indústrias no ramo cervejeiro, exportadora de alimentos e empresas de papel e celulose.

Lages também é um centro regional de comércio. A população de municípios vizinhos encontra um ambiente propício para compras e negócios na cidade. No inverno, o comércio é bastante fortalecido com o turismo rural e com a Festa Nacional do Pinhão, o segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina.

O turismo rural é um dos grandes atrativos da Macrorregião Serra Catarinense. O planalto serrano por suas paisagens bucólicas e pela neve que se precipita em algumas cidades faz com que todos os anos a região receba milhares de visitantes no inverno.

A cidade possui uma extensa malha viária urbana, com mais de 600 quilômetros de ruas, com várias avenidas interligando todos os pontos da cidade. Além disso, o município de Lages é cortado por 3 rodovias federais e estaduais, que propicia a logística adequada para o escoamento dos produtos desenvolvidos no município.

Visando o fortalecimento e a elevação da competitividade de todos os segmentos econômicos da serra catarinense, há a necessidade de uma boa estrutura como o capital humano, infraestrutura, inovação e empreendedorismo, internacionalização, investimento e política pública, educação, mercado, saúde e segurança.

O município de Lages conta com uma universidade pública, um instituto federal, um centro universitário e a Uniplac sendo a única universidade comunitária que atende o município de Lages, os 18 municípios da região da Amures e municípios limítrofes do estado do Rio Grande do Sul. Há também no município a inserção de instituições de ensino superior com ofertas de cursos na modalidade a distância. As universidades e instituições de ensino possuem papel fundamental no suporte à inovação, melhoria da qualidade da educação e na liderança de políticas públicas em direção a uma abordagem inclusiva, social, cultural e empreendedora.

2.8 BREVE HISTÓRICO DA IES

A história da Universidade do Planalto Catarinense teve seu início com a Associação Catarinense de Cultura, criada em julho de 1959 e tinha como finalidade a manutenção de estabelecimentos de ensino superior e de ensino médio - escolas técnicas do comércio.

Em 1965, a partir de lei municipal, é criada a Fundação Educacional de Lages–FEL, para reger o ensino superior de Lages, que em 1969 se transformaria na Fundação Universidade do Planalto Catarinense, como entidade de direito público e de administração indireta que contaria com autonomia plena em questões didático-científicas, disciplinares, administrativas e financeiras. Em 1966 foram implantadas as faculdades de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages – FACEC, como era chamada, com os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Em 1970, foi autorizado o funcionamento, da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – FACIP, com os cursos de Ciências Sociais, Letras, Pedagogia e Matemática. Em 1974, cria-se a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - Uniplac. Mesmo ano em que se iniciaram as construções dos blocos A, B e C que abrigariam as duas unidades de ensino da Uniplac – FACEC e FACIP, que funcionavam nas instalações da escola normal Vidal Ramos, antigo Colégio Estadual Aristiliano Ramos e Colégio Franciscano Diocesano, respectivamente.

Já com as duas faculdades funcionando na nova estrutura, na área do antigo aeroporto Correia Pinto, em 1980, a Uniplac obteve parecer favorável à criação do curso de Direito, efetivamente autorizado em 1985. Com as crescentes mudanças que aconteciam no ensino superior em Lages, no início da década de 90 surge a necessidade de transformações na estrutura do ensino superior e em 1994 é tomada a decisão de acionar o processo de transformação da Uniplac em Universidade. No ano seguinte em 1996, foi lançado o Projeto da Universidade.

E assim, o ano de 1999 foi o ano derradeiro, pois em 15 de junho, através de autorização do Conselho Estadual de Educação, foi reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac e, em 23 de junho, o governo do estado também reconhece a Uniplac como Universidade, por meio do Decreto n. 312, de 23 junho de 1999, sendo em 27 de julho de 1999, instalada oficialmente, passando assim a usar de todas as prerrogativas inerentes ao status de Universidade. A partir desta data, foram sendo criados os mais diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Dentre tantos, destaca-se o Curso de Medicina.

Com a autonomia didático-pedagógica, técnica e científica própria da Universidade, foram criadas extensões de alguns cursos, nos seguintes municípios: Campo Belo do Sul, São

Joaquim, Urubici, Santo Amaro da Imperatriz e Otacílio Costa, ofertados conforme demanda.

A Resolução n. 295, de 21/12/2017 consolida a normatização dos Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs – que representa a delegação de poder para docentes definirem uma série de decisões relacionadas à vida acadêmica docente e discente.

As Resoluções 114, 115 de 1º/11/2013 e 127 de 12/06/2014 tornaram, respectivamente, obrigatória a inclusão da “Educação das Relações Étnico-raciais”, da “Educação Ambiental” e da “Educação dos Direitos Humanos” nas estruturas curriculares de todos os Cursos de Graduação da Uniplac.

A Uniplac, de acordo com a Resolução nº 134 de 25/07/2014, migrou para o Sistema Federal de Ensino.

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico – PAAP – teve sua consolidação por meio de Resolução n. 219, de 08/06/2016 e foi reestruturado em 20/03/2017, passando a ser vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (Seape) da Pró-Reitoria de Ensino, com o objetivo de atender aos estudantes com dificuldades na aprendizagem e apoiar os estudantes com deficiências, no acesso, permanência e conclusão dos estudos no ensino superior. Este programa é apoiado pela CIA – Comissão Institucional de Acessibilidade instalada por meio da Resolução n. 235, de 11 de agosto de 2016, tem como finalidade acompanhar e propor medidas à universidade que visem garantir os requisitos de acessibilidade, aos acadêmicos e funcionários, com deficiência.

A Uniplac conta também com a Comissão Própria de Avaliação – CPA – regulamentada pela Resolução nº 456, de 03 de fevereiro de 2021, sendo que tem por atribuição acompanhar os processos internos de avaliação da Instituição, conforme determina o Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA tem como propósito contribuir para reafirmar e redefinir a missão institucional e seus valores, bem como sedimentar uma cultura de avaliação universitária. Atua diretamente: na análise dos instrumentos do processo de autoavaliação; sistematização dos procedimentos do processo de autoavaliação, estabelecendo metodologias de trabalho; acompanhamento do tratamento dos dados coletados e aprovação dos relatórios emitidos; sugestão e recomendações com base nos dados dos relatórios; aprovação do relatório de autoavaliação, levando em consideração a legislação vigente; garantia da visibilidade à comunidade universitária dos resultados. A comissão em conformidade à Lei 10.861, art. 11, inciso I, por ato do dirigente máximo da instituição, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, foi atualizado em 2024, por meio do

Parecer CONSUNI n. 5 de 20/03/2024, com vigência até 2028.

A Uniplac busca constantemente atualizar-se fazendo investimentos nas áreas pedagógicas, de tecnologia, ciência, cultura, esporte e infraestrutura.

3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

3.2 NOME DO CURSO

Curso de Matemática

3.2.1 Grau

Licenciado

3.3 ATOS LEGAIS DO CURSO

Autorização: Decreto n. 66.849, de 02/07/1970, do MEC.

Reconhecimento: Parecer n. 1.207/1977, Decreto n. 79.943, de 13/07/1977, do MEC.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 312, de 23/06/1999 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 031, de 15/06/1999 e Parecer n. 134, de 15/06/1999 do CEE/SC, juntamente com o credenciamento da Universidade.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 2.717, de 10/12/2004 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 058, de 09/11/2004 e Parecer n. 334, de 09/11/2004 do CEE/SC, juntamente com o credenciamento da Universidade.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 198, de 29/04/2011, do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 004, de 15/03/2011 e Parecer n. 025, de 15/03/2011, do CEE/SC.

Reestruturação: Parecer CONSUNI n. 227¹, de 13/12/2012.

Reestruturação: Em 15/06/2018 sob Parecer CONSUNI n. 039 e Resolução n. 368, de 27/06/2018, o Curso de Matemática foi reestruturado para atender as Resoluções internas do CONSUNI n. 292/2017 e 342/2018 e as Diretrizes Curriculares Nacionais Resolução n. 02/2015.

Renovação de Reconhecimento: Portaria do MEC n. 243, de 16 de março de 2021.

Reestruturação: Parecer n. 050, de 07/11/2022 e Resolução n. 525, de 16/11/2022, aprovou o primeiro semestre do Curso de Matemática, com a curricularização da extensão.

¹ O projeto foi reestruturado e aprovado pelo CONSUNI, através do Parecer n. 2475 de 14/12/2006, pelo qual foi instituído o compartilhamento de disciplinas e posteriormente pelo Parecer n. 227, de 13/12/12, foi instituída a modalidade a distância.

Em 13/12/2023, com Parecer Consuni n. 043 e Resolução n. 576, de 20/02/2024 foi aprovado a nova estrutura curricular do Curso de Matemática.

3.4 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

O curso integraliza a estrutura curricular em 3.520 horas.

3.5 NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS OU AUTORIZADAS

40 vagas anuais, com compartilhamento.

3.6 PERIODICIDADE

Semestral

3.7 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Mínimo: 4 anos / 8 semestres.

Máxima: 8 anos / 16 semestres, conforme Resolução n. 172, de 25/05/2015.

3.8 TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Noturno em regime regular. Matutino, vespertino e noturno incluindo finais de semana quando em regime especial (conforme edital).

3.9 MODALIDADE DE OFERTA

Presencial, com 5 disciplinas institucionais que totalizam 400 horas na modalidade à distância, conforme Portaria n. 2.117, de 06/12/2019, do Ministério da Educação.

3.10 FORMAS DE ACESSO

Vestibular ou processo seletivo, conforme edital.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Os cursos de Graduação na UNIPLAC se constituíram ao longo dos anos na atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas, também, as políticas de formação continuada em nível de Pós-Graduação lato e stricto sensu. Assim sendo, os cursos de Graduação são entendidos como espaços de formação inicial que capacitam seus egressos para atuação em diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI (2024 - 2028).

Assegurada nas legislações pertinentes, nas necessidades de seu entorno, a UNIPLAC vem proporcionando cursos de Graduação em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias. Estes cursos oferecem titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina.

O ensino da UNIPLAC é trabalhado como espaço efetivo de aprendizagens fundamentais para a vida pessoal e profissional, levando em conta aspectos como a globalização e a integração regional, conduzindo o aluno à descoberta e entendimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Diante disso, preocupa-se em proporcionar atividades acadêmicas em espaços pedagógicos estratégicos para o exercício da cidadania, construindo conhecimentos através da participação crítica de alunos e professores, na forma de trabalhos, estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, projetos de extensão e de pesquisa, realização de semanas acadêmicas, viagens de estudos e eventos. Assim, amplia-se e aprofunda-se a formação do profissional cidadão e suas possibilidades de inserir-se ao mercado de trabalho. As políticas para o Ensino de Graduação da UNIPLAC estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação.

A partir dessa perspectiva, os cursos de Graduação da UNIPLAC constroem um processo de aprendizagem holístico que legitima a sua identidade enquanto universidade e a sua relevância para a comunidade onde está inserida.

O Projeto Pedagógico do Curso de Matemática da UNIPLAC, como instrumento estratégico norteador de ações e esforços a serem desenvolvidos em direção a objetivos e

compromissos futuros, foi construído a partir de análises situacionais do ambiente interno da Universidade e do ambiente geral que o cerca, com atividades desde 1970, com autorização do MEC, para o seu funcionamento. O reconhecimento da primeira turma aconteceu, por meio do Parecer CESu - MEC n. 1.207, em 1977.

O Curso de Matemática delimita ideias condutoras, parte do ideário institucional desde a origem da Universidade.

Os cursos de Licenciatura da UNIPLAC, que remontam à década de 70, constituíram-se e consolidaram-se nos anos mais significativos da atividade universitária em nosso meio.

Foram concebidos como espaços de formação inicial que capacitam os egressos para diferentes áreas, umbilicalmente ligados à Pesquisa e à Pós-Graduação, e sempre ancorados nos valores da ética e da competência técnica e científica a serviço do exercício da cidadania

Em tal perspectiva, junto com os demais cursos da Instituição, e, particularmente, com as demais Licenciaturas, o Curso de Matemática estará preocupado permanentemente com a abertura de espaços pedagógicos estratégicos e apropriados ao exercício da cidadania como prática política e da análise crítica como base do conhecimento. Assim, aprofunda-se a formação do profissional cidadão e avantejam-se suas possibilidades no mercado de trabalho.

O Curso de Licenciatura em Matemática, assim como os demais cursos de licenciaturas, passa por dificuldades na captação de novos alunos interessados na formação de profissionais da educação. Contudo, a instituição mantém um corpo docente engajado e devidamente preparado para capacitar os alunos no exercício da atividade docente, desde os níveis iniciais, todo o ensino fundamental e nível médio, atendendo ao papel social do educador conforme o proposto no perfil profissional do egresso.

Por tratar-se de um curso com relativo grau de dificuldade e que exige do docente um nível mais apurado de preparo nas etapas de sua formação acadêmica, acredita-se que o curso de Matemática, oferecido de forma presencial, se afigura a melhor alternativa para a formação destes profissionais, contribuindo para o desempenho de suas atividades nas escolas onde atuarão.

O curso de Licenciatura em Matemática sempre procurou um diferencial na atuação docente, desenvolvendo projetos que procuram mostrar aos seus acadêmicos e a toda a comunidade, uma forma inovadora de aprendizagem.

Assim, professores e acadêmicos implantaram a Olimplac – Olimpíada de Matemática da Uniplac, evento em que alunos e professores das redes públicas e particulares de ensino de Lages e região participam, durante um dia inteiro, de atividades lúdicas e educativas envolvendo os conhecimentos matemáticos aprendidos nas salas de aula. Atualmente essa forma de ensino é levada às escolas durante o período de estágio dos acadêmicos e descritos,

posteriormente, em seus relatórios.

Assim, criar e manter alto padrão de desempenho no processo de ensino e aprendizagem é a ordem. Formar cidadãos altamente profissionais é a diretriz a ser permanentemente seguida.

No sentido amplo, o Curso abre-se à população em geral, como alternativa de acesso ao conhecimento, formação e graduação em nível superior através do ensino articulado com a pesquisa e a extensão.

4.2.1 Política das Licenciaturas da Uniplac

O Projeto Pedagógico do Curso de Matemática faz parte do contexto das Licenciaturas da UNIPLAC e suas atividades estão voltadas para o compartilhamento de disciplinas, fato que teve seu início no final de 2006 quando foram aprovadas as políticas das licenciaturas na UNIPLAC e a sua implantação representou e representa uma inovação pedagógica em vários sentidos: envolve o compartilhamento de disciplinas totais e parciais, transgredir a perspectiva disciplinar e articula no planejamento das atividades acadêmicas a integração das diferentes áreas do conhecimento, disciplinas, conceitos, estabelecendo a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho da profissão.

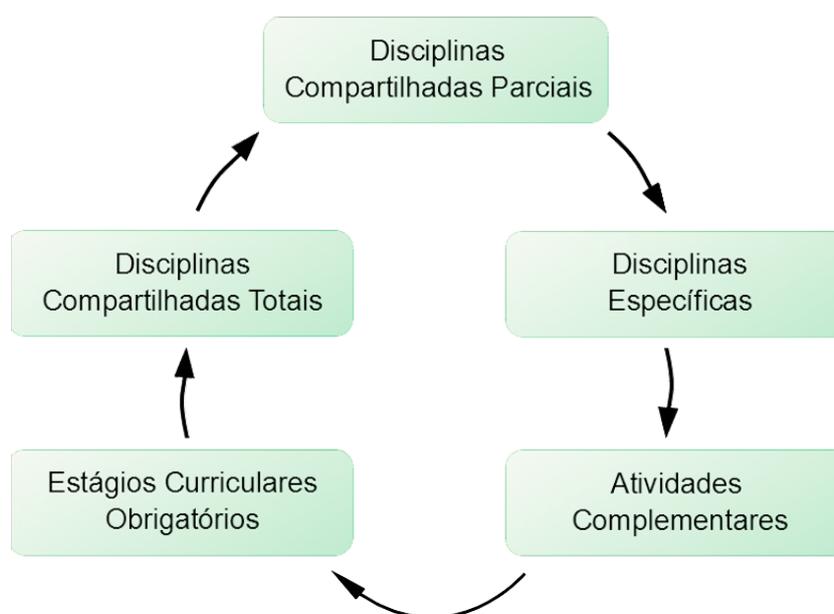


4.2.2 Política das Licenciaturas Compartilhadas da UNIPLAC

Neste sentido, a carga horária total do curso está dividida em disciplinas compartilhadas totais, disciplinas compartilhadas parciais, disciplinas específicas e estágios curriculares obrigatórios.

Nesta política, é necessário planejar a formação continuada para construir no processo a formação de professores do ensino superior que trabalharão nas disciplinas compartilhadas, nas disciplinas integradoras do currículo e em todas as disciplinas da estrutura curricular.

O planejamento não poderá ser feito individualmente, requer a profissionalização da docência no ensino superior, tanto quanto é fundamental a apropriação dos saberes científicos para o crescente domínio de cada área, como também a apropriação dos saberes pedagógicos para o exercício competente da docência.



4.2.3 Licenciatura com Disciplinas Compartilhadas

Com a proposta das disciplinas compartilhadas, o movimento da sala de aula e nos cursos de licenciatura da UNIPLAC inclui flexibilidade, dialogicidade, dialeticidade, pluralidade, o erro, o relativo, a contradição, a ambiguidade, a criatividade, como elementos constitutivos essenciais de todo e qualquer processo de desenvolvimento.

O espaço da Universidade pode e deve ser um espaço possibilitador para o professor refletir, investigar e planejar sua prática pedagógica, pois se entende que “a formação não se

constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre práticas e de reconstrução permanente da identidade pessoal”. (NÓVOA, 1995, p.25).

Espera-se que o processo de formação docente desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores, que lhes possibilitem permanentemente ir construindo seus saberes-fazeres docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. A partir da ideia de historicidade e provisoriedade da Ciência, a concepção de produção do conhecimento que deverá sustentar a proposta tem a seguinte base:

- a) problematização e compreensão dos limites e possibilidades do trabalho educativo escolar;
- b) aprofundamento epistemológico e metodológico das ciências que integram o currículo;
- c) compreensão do cotidiano escolar como um dos parâmetros balizadores da competência do profissional de Educação.

As atividades curriculares têm como princípios articuladores as dimensões das Ciências Humanas e Fundamentos; da Escola, Cultura e Sociedade; do Ensino e Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização; das Práticas Escolares e das Atividades Complementares da Graduação.

4.2.4 Princípios Articuladores das Licenciaturas

As atividades curriculares têm como princípios articuladores as dimensões das Ciências Humanas e Fundamentos; da Escola, Cultura e Sociedade; do Ensino e Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização; das Práticas Escolares e das Atividades Complementares da Graduação.



Diante disso, os cursos de Licenciatura da UNIPLAC articulam-se entre si e com a Instituição por meio de ações que possibilitam um processo de ensino e aprendizagem consistente e em constante avaliação e em observância das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

Já em 2012, a Instituição foi contemplada com bolsas de estudos referentes ao projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência), em parceria com a CAPES. O projeto tem como proposta oportunizar aos alunos/bolsistas dos Cursos de Licenciatura da UNIPLAC uma aproximação com a realidade escolar com o exercício da docência supervisionada, na perspectiva de proporcionar a construção da identidade profissional, a superação da dicotomia entre teoria e prática e também maior aproximação da IES e da Unidade Escolar.

4.3 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Matemática, desde a década de 70, atende a uma crescente e contínua demanda por profissionais da educação, devidamente preparados para o exercício da atividade docente, desde os níveis iniciais, todo o ensino fundamental e nível médio, inclusive.

Por tratar-se de uma disciplina de relativo grau de dificuldade e que exige do docente um nível mais apurado de preparo nas etapas de sua formação acadêmica, acreditamos que o curso de Matemática, oferecido de forma presencial, se afigura a melhor alternativa para a formação destes profissionais contribuindo para o desempenho de suas atividades nas escolas onde atuarão.

A região da serra catarinense tem se configurado um promissor polo educacional, com crescente número de estabelecimentos de ensino nas redes privada e pública, de todos os níveis, inclusive no ensino superior, demandando a contratação de profissionais devidamente habilitados.

A UNIPLAC conta com um quadro de profissionais experientes, infraestrutura adequada e longa tradição de oferta desse curso, razão pela qual acreditamos que a abertura de novas turmas deverá fortalecer ainda mais o portfólio de cursos da instituição.

4.4 PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO

A UNIPLAC, na condição de universidade, sustenta-se na tríade ENSINO,

PESQUISA E EXTENSÃO, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma entidade que deveria ajudar as pessoas a descobrir o seu lugar no universo e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1988).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no ENSINO, mas também na produção de conhecimento, por meio da PESQUISA acadêmica, e na sua aplicação – EXTENSÃO - na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e cidadã, comprometida com o bem-estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social regional.

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo.

A UNIPLAC é uma universidade comunitária e, respeitando este perfil, os conceitos dos três eixos temáticos que norteiam suas linhas de pesquisa, que também valem para os cursos de graduação e Pós-Graduação, foram meticulosamente discutidos e escolhidos, respeitando a identidade institucional:

1. **Educação**, como natureza e especificidade do trabalho da Universidade, com base nos conceitos desenvolvidos por Dermeval Saviani, nas obras “Escola e Democracia” e “Pedagogia Histórico-crítica”.
2. **Trabalho**, conceito marxista de produção da existência humana e não somente a venda da força produtiva por um salário.
3. **Política**, ou a arte de laborar em prol do bem-estar social.

A partir daí, uma redefinição das linhas de Pesquisa da UNIPLAC, aconteceu durante o IV Diálogos Integradores (08/11/2011), que resultaram em 6 linhas, aprovadas pelo CONSUNI em 15/12/2011, com Parecer n. 080. As novas linhas de pesquisa são:

1. Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
2. Educação, cultura e políticas públicas.
3. Trabalho, educação e sistemas produtivos.
4. Democracia, cidadania e sociedade.
5. Saúde, ambiente e qualidade de vida.
6. Ciência, política e tecnologia.

As linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém de forma mais ampla e contemplando um número expressivo de cursos de graduação e Pós-Graduação; da apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira; de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e Pós-Graduação.

No curso de Matemática a pesquisa percebe-se bastante clara através de algumas disciplinas, como História da Matemática, Instrumentação para o ensino da Matemática e mais especificamente a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, ofertada no 6º, 7º e 8º semestres. No 6º semestre a ementa propõe a pesquisa em educação, a pesquisa educacional no Brasil e a escola como campo de pesquisa. No 7º semestre os alunos reconhecerão a sala de aula como campo de pesquisa e no 8º semestre será abordada a formação específica do docente como campo de pesquisa, onde os resultados da pesquisa serão apresentados na disciplina de Seminário em Educação Matemática.

A UNIPLAC oferece atualmente bolsas de iniciação científica, através de recursos do Artigo 170, da Constituição Estadual de SC; bolsas do Artigo 171 provenientes do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), previstos em Lei Orçamentária Anual (LOA); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que é um Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM).

Outra atuação importante da pesquisa na UNIPLAC é a apreciação dos aspectos éticos dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, que se dá através do CEP/UNIPLAC. O CEP/UNIPLAC tem tido, atualmente, atuação legitimada pelos docentes e discentes da universidade, à medida que funciona como setor próprio, com ações de informação, capacitação, fiscalização e apreciação sobre os processos de pesquisa que envolvem seres humanos.

No bojo de todo o processo a UNIPLAC, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2024-2028, preconiza uma política de extensão voltada para a constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação entre a universidade e a sociedade.

Dentre as regulamentações que viabilizam a extensão, podemos citar o Decreto n.7.416, de 30 de Dezembro de 2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de

2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 13.005, de 25/06/2014 do Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação se percebe a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados para o trato social e profissional. O PDI da UNIPLAC 2024-2028 também preconizou o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

- I. Promoção da educação e do trabalho;
- II. Assistência jurídica a família;
- III. Assistência social a família;
- IV. Manutenção dos alunos carentes na universidade;
- V. Promoção do esporte e cultura;
- VI. Promoção da inclusão social de pessoas com necessidades especiais;
- VII. Promoção do direito à assistência de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- VIII. Ações comunitárias com vistas ao Desenvolvimento Regional sustentável;
- IX. Promoção da educação continuada, qualificação e cursos de curta duração.

As linhas de ação acima citadas, juntamente as políticas nacionais de incentivo a extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão em uma IES Comunitária como a UNIPLAC nos remonta a função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição, pois:

No conjunto das finalidades da instituição educadora, conforme a definição constitucional, está a formação humana, a capacitação profissional e a qualificação para a cidadania, promovida por meio do ensino, da Pesquisa e da Extensão. Neste caso a extensão cumpre um papel importante na medida em que posiciona a instituição, junto com todo o seu projeto pedagógico, no horizonte das novas fronteiras do conhecimento e das construções sociais. (SÍVERES, 2011, p. 26)

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão e Pós-Graduação, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estas Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão, disciplinas de Práticas Extensionista, do 2º ao 7º semestre.

Ao colegiado do curso compete a reflexão em torno da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

Ressalta-se que a universidade mantém anualmente um edital de bolsas de extensão para projetos permanentes com financiamento por meio de recursos próprios, permitindo ao colegiado a captação de verbas para a promoção de atividades de extensão de longa duração que articulem os âmbitos do ensino e da extensão, bem como o da própria pesquisa, em face de necessidade de indissociabilidade dessa tríade preconizada pela legislação supracitada.

4.4.1 Curricularização da Extensão/Práticas Extensionistas

A Uniplac em cumprimento a Resolução n. 7, do MEC, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional da Educação, o PNE, instituiu a Resolução Consuni n. 447, de 10 de novembro de 2020, que estabelece a inclusão da Extensão na Estrutura Curricular de todos os Cursos de Graduação da Universidade.

Especificamente no curso de Matemática, fazem parte da estrutura curricular as disciplinas de Práticas Extensionistas e Pesquisa e Prática Pedagógica. A disciplina de Práticas Extensionistas é ministrada de forma interdisciplinar, num processo político educacional, social, cultural, científico e tecnológico, proporcionando a aplicação dos conhecimentos construídos no ambiente escolar interagindo na transformação das realidades

sociais, tornando e estimulando a formação de cidadãos éticos, críticos, responsáveis, que cuidem e zelem pelo meio ambiente, que respeitem as diversas culturas, como a étnico-racial, indígena, as questões de gênero, enfim que contribuam para o conhecimento dos direitos humanos. Assim, promove a produção de mudanças na própria IES e nos demais setores da sociedade, nos diversos espaços da comunidade, proporcionando a aplicação dos conhecimentos construídos no ambiente escolar na transformação das realidades sociais. Além disso, a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, por seu perfil essencialmente articulado ao contexto escolar, também integraliza parte de sua carga horária com a previsão de atividades de extensão.

A disciplina de Práticas Extensionistas está prevista na estrutura curricular do curso entre o 2º semestre e o 7º semestre, enquanto a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, ocorre do 6º ao 8º semestre do curso. Ao final, tem-se uma carga horária de 352 horas de extensão, com a seguinte organização:

Semestre	Carga Horária	Disciplina Ofertada
2º semestre	40h	Práticas Extensionistas
3º Semestre	40h	Práticas Extensionistas
4º Semestre	60h	Práticas Extensionistas
5º Semestre	60h	Práticas Extensionistas
6º Semestre	72h	Práticas Extensionistas e Pesquisa e Prática Pedagógica
7º Semestre	70h	Práticas Extensionistas e Pesquisa e Prática Pedagógica
8º Semestre	10h	Pesquisa e Prática Pedagógica
Total	352h	

Para detalhar o trabalho realizado a cada semestre, no 2º semestre, na disciplina de Práticas Extensionistas, os alunos têm aulas teóricas sobre os conceitos e a fundamentação do que é a extensão universitária e como ela pode ser colocada em prática. Além disso, inicia-se fase de elaboração de esboços de pré-projetos que atenderão aos anseios da comunidade externa. Para tanto, é preciso lançar um olhar para questões sociais do entorno universitário que necessitam de alguma intervenção. Isso está contemplado na ementa prevista para a disciplina: “Princípios da extensão universitária. Atividades de extensão integradoras e articuladas aos conhecimentos específicos do semestre.” A avaliação é realizada por meio da elaboração e apresentação dos pré-projetos em um seminário integrativo ao final do semestre. Na ocasião, são selecionados os trabalhos mais viáveis, relevantes e exequíveis e os demais passam a compor um banco de projetos do curso, podendo ser colocados em prática a qualquer momento.

Dando continuidade ao trabalho da disciplina de Práticas Extensionistas, a partir do 3º semestre, para atender à ementa “Atividades de extensão integradoras e articuladas aos conhecimentos específicos do semestre”, os estudantes são divididos em grupos, com o objetivo de finalizar os projetos de extensão a serem executados, os quais já foram selecionados no semestre anterior. Nesse momento, a avaliação corresponde ao engajamento dos estudantes nas atividades em grupo, bem como pela capacidade de assimilar, refletir e posicionar-se criticamente sobre os conteúdos da disciplina, especialmente nas atividades de leitura, pesquisa e produção dos materiais necessários para a execução dos projetos propostos.

Cabe ressaltar que os projetos desenvolvidos devem envolver as áreas de atuação definidas conforme o perfil do curso de Matemática, com atividades de apoio pedagógico, oficinas, minicursos, cursos, seminários, entre outras, que se caracterizem enquanto práticas extensionistas para a comunidade e envolvam as temáticas de Matemática. A proposição, seleção e avaliação dos projetos ocorre no início de cada semestre, a partir do banco de projetos previamente constituído.

Já no 4º e 5º semestre, os estudantes executam, em grupos, os projetos anteriormente produzidos, a partir do cronograma elaborado. Para tanto, há a orientação dos professores da disciplina que acompanham o trabalho e conduzem os processos de avaliação constante e aprimoramento das práticas extensionistas. Para a finalização do processo, a cada semestre, deve-se elaborar um relatório composto pela descrição do percurso e análise reflexiva dos resultados obtidos para possíveis ajustes na metodologia e estratégias adotadas.

Por sua vez, no 6º e 7º semestres, além de dar continuidade aos projetos executados nos semestres anteriores e finalizá-los, os estudantes iniciam a produção de uma pesquisa científica na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, aproveitando o público-alvo e as temáticas dos projetos das práticas extensionistas, com vistas à elaboração de um artigo científico, que será publicado em revistas ou periódicos da área. Por fim, no 8º semestre ocorre a finalização do artigo científico e a apresentação para a comunidade acadêmica com o compartilhamento dos principais resultados alcançados e o detalhamento do percurso percorrido.

4.5 OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.

4.5.1 Objetivo Geral

Formar professores de Matemática para a Educação Básica, com visão abrangente do papel social do educador, com capacidade de comunicar-se matematicamente e de compreender a Matemática numa visão histórica e crítica, tanto no seu estado atual, como nas várias fases de sua evolução. Proporcionar um espaço de discussão e produção coletiva com o objetivo de transformar a prática pedagógica.

4.5.2 Objetivos Específicos

- Dominar a aplicabilidade social de conteúdos matemáticos.
- Adquirir conhecimento de metodologias de transmissão, construção e adequação aos conteúdos.
- Ter consciência das implicações sociais, políticas e econômicas do aprendizado matemático.
- Capacidade de ser um pesquisador, entender e adequar novas tecnologias para a evolução do processo ensino-aprendizagem.
- Estabelecer relações entre o ensino da Matemática e as demais áreas do conhecimento, numa visão interdisciplinar.
- Incentivar a aprendizagem continuada, tornando a prática pedagógica uma fonte de produção de conhecimento.
- Relacionar várias áreas da Matemática para elaborar modelos, interpretar dados e trabalhar com conceitos na resolução de problemas.

4.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Os profissionais formados no Curso de Matemática – Licenciatura - devem ter uma visão abrangente do papel social do educador, capacidade de comunicar-se matematicamente e de compreender a Matemática numa visão histórica, crítica e democrática. Devem apresentar domínio da área do conhecimento e estar abertos à formação continuada, com aplicações de novas tecnologias; relacionar-se no coletivo como cidadão e profissional e ser ético. Devem ter a capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos, para o exercício de sua cidadania.

4.7 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O licenciado em Matemática deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante a sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

O profissional da educação em Matemática poderá atuar como professor no ensino fundamental e médio e ainda em cursos técnicos, nas escolas públicas e privadas ou em instituições de educação não formal.

Nesse sentido, poderá atuar como professor, pesquisador, socialmente crítico e ético.

4.8 ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

A Estrutura Curricular contempla o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Matemática em termos de conteúdos e carga horária, procurando ser flexível e adaptado às diversas situações, numa abordagem integral do processo de ensino aprendizagem dos estudantes.

A carga horária total do curso prevista é de 3.520 horas, distribuídas em 8 semestres letivos, contemplando as áreas do conhecimento de formação geral, pedagógica e específica, as atividades complementares, estágio curricular obrigatório e práticas extensionistas.

A estrutura curricular possibilita a integração das diferentes áreas do conhecimento e conteúdos, considera a flexibilidade e a interdisciplinaridade estabelecendo a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho da profissão, articulando os diferentes conteúdos através de práticas laboratoriais e ações pedagógicas que extrapolam o ambiente tradicional da sala de aula.

O Curso de Matemática inova por meio do compartilhamento das disciplinas de formação pedagógica, com outros cursos de licenciatura, proporcionando a troca de vivências e experiências entre os estudantes dos diferentes cursos.

Os conteúdos curriculares, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso Matemática, Resolução n. 3, de 18 de fevereiro de 2003, são diferenciados em Conteúdos da Educação Básica e Conteúdos Profissionais.

Além desta estrutura, em atenção à legislação, Decreto-Lei n. 5.625 de 22 de dezembro de 2005 em seu artigo 3º, parágrafo 2º, que normatiza a oferta do ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), e a regulamentação interna através do Consuni, instituiu a Resolução n.

086 de 21/12/2009 normatizando a obrigatoriedade da oferta em todos os cursos de Graduação da Universidade, a disciplina de “LIBRAS” como obrigatória nos cursos de licenciaturas possibilitando a acessibilidade metodológica.

As disciplinas e cargas horárias da Educação a Distância, são asseguradas com até 40%, conforme Portaria MEC n. 2.117, de 06/12/2019, ofertadas nas Disciplinas Institucionais, do 1º ao 5º semestre.

4.8.1 Estrutura Curricular

1º Semestre						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Geometria Plana	80	4	06	-	60	14
Fundamentos da Matemática	80	4	-	-	66	14
Matemática Financeira	80	4	06	-	60	14
Profissão Docente*	40	2	-	-	33	7
Tecnologia da Informação e Comunicação**	80	4	-	-	-	-
Total da carga horária do semestre	360	18	12	-	219	49
2º Semestre						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Física I	80	4	8	-	58	14
Geometria Plana e Espacial	40	2	4	-	29	7
Introdução ao Cálculo	80	4	-	-	66	14
Políticas Públicas da Educação Básica*	40	2	-	-	33	7
Psicologia da Educação*	40	2	-	-	33	7
Cultura, Diferença e Cidadania**	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	40	2	-	40	-	-
Total da carga horária do semestre	400	20	12	40	219	49
3º Semestre						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Cálculo I	80	4	-	-	66	14
Física II	80	4	8	-	58	14
Geometria Analítica e Vetorial	80	4	-	-	66	14
Currículos e Saberes*	40	2	-	-	33	7
Língua Portuguesa**	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	40	2	-	40	-	-
Total da carga horária do semestre	400	20	8	40	223	49
4º Semestre						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Cálculo II	80	4	-	-	66	14

Estatística	80	4	6	-	60	14
Álgebra	80	4	-	-	66	14
Educação e Necessidades Especiais	40	2	-	-	33	7
Iniciação à Pesquisa Científica**	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	420	21	6	60	225	49
5º Semestre						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Álgebra Linear I	40	2	-	-	33	7
Estágio Curricular Obrigatório	80	4	-	-	-	-
Cálculo III	80	4	-	-	66	14
Didática*	80	4	-	-	66	14
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	420	21	-	60	165	35
6º Semestre						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Cálculo Numérico	80	4	-	-	66	14
Instrumentação Para o Ensino da Matemática I	40	2	10	-	23	7
Estágio Curricular Obrigatório	120	6	-	-	-	-
Álgebra Linear II	40	2	-	-	33	7
Tecnologias Educacionais	40	2	-	-	33	7
Libras I*	40	2	-	-	33	7
Pesquisa e Prática Pedagógica I*	40	2	-	12	21	7
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	460	23	10	72	209	49
7º Semestre						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Equações Diferenciais	80	4	-	-	66	14
Estágio Curricular Obrigatório	120	6	-	-	-	-
Instrumentação para o Ensino da Matemática II	40	2	10	-	23	7
Análise Matemática I	80	4	-	-	66	14
Libras II*	40	2	-	-	33	7
Pesquisa e Prática Pedagógica II*	40	2	-	10	23	7
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	460	23	10	70	211	49
8º Semestre						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
História da Matemática	40	2	-	-	33	7
Matemática Aplicada	80	4	-	-	66	14
Análise Matemática II	40	2	-	-	33	7

Estágio Curricular Obrigatório	80	4	-	-	-	-
Programação Linear	40	2	-	-	33	7
Seminário em Educação Matemática	40	2	6	-	27	7
Gestão de Processos Educacionais*	40	2	-	-	33	7
Pesquisa e Prática Pedagógica III *	40	2	-	10	23	7
Total da carga horária do semestre	400	20	6	10	248	56
Total da Carga horária	3.320	166	-	-	-	-
Atividades Complementares	200	-	-	-	-	-
Carga Horária Total do Curso	3.520	166	64	352	1.719	385

* Disciplinas Compartilhadas com os cursos de Letras, Matemática e Música.

**Disciplina Institucional, de acordo com a Resolução Consuni n. 355, de 19/06/2018.

4.8.2 Resumo Explicativo

Composição da Estrutura Curricular	Carga Horária
Disciplinas Compartilhadas*	520 h
Disciplinas Institucionais**	400 h
Disciplinas Específicas	1.648 h
Estágio Curricular Obrigatório	400 h
Atividades Complementares	200 h
Atividades de Extensão	352 h
TOTAL	3.520 h

4.8.3 Ementário e Referências

1º Semestre	
Geometria Plana	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Axiomas de Euclides. Paralelismo. Perpendicularidade. Ângulos. Triângulos. Congruência de triângulos. Polígonos. Circunferência e círculo. Semelhança de triângulos. Relações métricas no triângulo. Área de superfícies planas. Construção geométrica usando régua e compasso e/ou recursos computacionais.
Referências	<p>Básicas: BOYER, Carl B. História da Matemática.-São Paulo: Edgard Blucher, 1974. DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar 9. Geometria Plana 7. ed. São Paulo: Atual. Ltda, 1993. GARCIA, Antônio Carlos de Almeida; CASTILHO, João Carlos Amarante. Matemática sem mistérios: Geometria plana e espacial. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.</p> <p>Complementares: BALDIN, Yuriko Yamamoto; VILLAGRA, Guilherme A. Lobos. Atividades com cabri-geomètre II para cursos de licenciatura em matemática e professores do ensino fundamental e médio. São Carlos: Universidade de São Carlos, 2010. IEZZI, Gelson; MACHADO, Antônio; DOLCE, Osvaldo. Geometria plana: conceitos básicos.</p>

	<p>LIMA, Elon Lages. Coordenadas no plano: com as soluções dos exercícios. 6 ed Rio de Janeiro; SBM/INEP, 2013</p> <p>NACARATO, Adair Mendes; SANTOS, Cleane Aparecida dos. Aprendizagem em geometria na educação básica. São Paulo: Autêntica, 2014. Recurso online.</p> <p>RICH, Barnett. Geometria plana. São Paulo: McGraw-Hill, do Brasil, 1972.</p>
Fundamentos da Matemática	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Conjuntos numéricos reais e complexos. Operações numéricas e suas propriedades. Equações do 1º e 2º grau. Sistemas lineares com duas incógnitas. Equação exponencial, logaritmos. Trigonometria no triângulo retângulo e no ciclo trigonométrico.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>IEZZI, Gelson, HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar: sequências; matrizes; determinantes; sistemas. 6. ed. V 4. São Paulo: Atual, 1993.</p> <p>IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: complexos; polinômios; equações. 6. ed. v. 6. São Paulo: Atual, 1993.</p> <p>ZEGARELLI, Mark. 1.001 problemas de matemática básica e pré-álgebra para leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>BEZERRA, Manoel Jairo. Matemática para o ensino médio. São Paulo: Scipione, Ltda, 2001.</p> <p>MOLTER, Alexandre; NACHTIGALL, Cícero; ZAHN, Maurício. Trigonometria e números complexos: com aplicações. São Paulo: Blucher, 2020. Recurso online.</p> <p>SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. Matemática: ensino médio. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2004.</p> <p>TAHAN, Malba; SOUZA, Júlio César de Mello e. Matemática divertida e curiosa. 26. ed. Rio de Janeiro: Record 2009.</p> <p>YOUNG, Cynthia Y. Álgebra e trigonometria, v.1. 3. Rio de Janeiro: LTC, 2017. Recurso online.</p>
Matemática Financeira	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Grandezas proporcionais e porcentagem. Juros e descontos simples. Juros e descontos Compostos. Rendas. Equivalência de capitais. Amortização e Depreciação.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>CASTELO BRANCO, Anísio Costa Matemática Financeira Aplicada: método algébrico, HP-12C e Microsoft Excel®. 4 ed. Rev. E Ampl. Cengage Learning, 2015. Recurso online.</p> <p>HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo. Saraiva, 2001. Recurso online.</p> <p>NASCIMENTO, Marco Aurélio. Introdução à matemática financeira. São Paulo: Saraiva, 2007. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>AZEVEDO, Gustavo Henrique W. de. Seguros, matemática atuarial e financeira: uma abordagem introdutória. São Paulo: Saraiva, 2008. Recurso online.</p> <p>BRUNI, Adriano Leal. Introdução à matemática financeira. São Paulo: Atlas, 2018. Recurso online.</p> <p>PINHEIRO, Carlos Alberto Org. e. Matemática financeira: sem o uso das calculadoras financeiras. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.</p> <p>SCHMIDT, Adriana Claudia et al. Matemática financeira. Porto Alegre: SAGAH, 2020. Recurso online.</p> <p>VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. 8. São Paulo: Atlas, 2018. Recurso online.</p>
Profissão Docente	

Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Profissão professor: identidade e exigências atuais. Formação pedagógica e os desafios contemporâneos. Formação inicial e continuada dos professores e profissionalização. A função da aula no processo de construção do conhecimento.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>Complementares:</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.</p> <p>IMBERNÓN, Francisco. Formação continuada de professores. Porto Alegre: ArtMed, 2015. Recurso online.</p> <p>LIBÂNIO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. 13. São Paulo: Cortez, 2015. Recurso online.</p> <p>NÓVOA, António (org.). Profissão professor. 2. ed. Portugal: Porto, 1995.</p> <p>SILVA, Gabriele Bonotto; FELICETTI, Vera Lucia. Formação docente e teoria dos campos conceituais: impacto na aprendizagem discente. Ijuí: Unijuí, 2021. Recurso online.</p>
Tecnologias da Informação e Comunicação	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Ensino superior e educação a distância. Informática básica. Comunidades de aprendizagem virtual. Ambientes colaborativos. Softwares e sistemas de informação direcionados para as áreas do conhecimento.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>FAVA, Rui. Educação para o século XXII: a era do indivíduo digital. São Paulo: Saraiva, 2016. Recurso online.</p> <p>GABRIEL, Martha. Educar: a (r)evolução digital na educação. São Paulo: Saraiva, 2013. Recurso online.</p> <p>TAJRA, Sanmya Feitosa. Desenvolvimento de projetos educacionais: mídias e tecnologias. São Paulo: Erica, 2014. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Sociedade e tecnologia na era digital. São Paulo: Erica, 2014. Recurso online.</p> <p>LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.</p> <p>MUNHOZ, Antonio Siemsen. Qualidade de ensino nas grandes salas de aula. São Paulo: Saraiva, 2016. Recurso online.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais. 9. São Paulo: Atlas, 2014. Recurso online.</p> <p>SANTOS, Vanice dos. Ágora digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente de aprendizagem. Jundiaí: Paco editorial, 2013.</p>
2º Semestre	
Física I	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Introdução ao estudo da Física. Mecânica. Movimento em uma e duas dimensões. Leis de Newton. Trabalho, potência, energia e sua conservação. Conservação do momento linear e colisões. Centro de massa, momento angular, torque e momento de inércia. Experimentos em mecânica.

Referências	<p>Básicas: HIBBELER, R. C. Estática: mecânica para engenharia. 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2011.</p> <p>NUSSENZVEIG, Herch Moysés. Curso de física básica. 5. São Paulo: Blucher, 2014. Recurso online.</p> <p>RAMALHO JÚNIOR, Francisco; FERRARO, Nicolau Gilberto; SOARES, Paulo Antônio de Toledo. Os fundamentos da física: mecânica. 9.ed.São Paulo: Moderna Ltda, 2007.</p> <p>Complementares: FERRAZ, Mariana Sacrini Ayres et al. Cinemática e dinâmica da partícula. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Recurso online.</p> <p>GONÇALVES FILHO, Aurélio; TOSCANO, Carlos. Física para o ensino médio. São Paulo: Scipione Ltda, 2002.</p> <p>LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; ÁLVARES, Beatriz Alvarenga. Física. São Paulo: Scipione, 2001.</p> <p>NUSSENZVEIG, Herch Moysés. Curso de física básica, v. 1: mecânica. 5. São Paulo: Blucher, 2013. Recurso online.</p> <p>SCARINCI, Anne L; DIAS, Valéria Silva. Física. São Paulo: Blucher, 2017.</p>
Geometria Plana e Espacial	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Polígonos inscritos e circunscritos. Geometria espacial: conceitos. Poliedros. Sólidos de revolução. Cálculos de áreas e volumes. Construções geométricas.
Referências	<p>Básicas: DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar 10: geometria espacial posição e métrica. 6. ed. São Paulo: Atual, 2005.</p> <p>GARCIA, Antônio Carlos de Almeida.; CASTILHO, João Carlos Amarante. Matemática sem mistérios: geometria plana e espacial. Rio de Janeiro: Moderna, 2006.</p> <p>MACHADO, Celso Pessanha; FERRAZ, Mariana Sacrini Ayres. Fundamentos de geometria. Porto Alegre: SAGAH, 2019. Recurso online.</p> <p>Complementares: BALDIN, Yuriko Yamamoto; VILLAGRA, Guilherme A. Lobos. Atividades com cabri-geomètre II cursos para de licenciatura em matemática e professores do ensino fundamental e médio. São Carlos: Universidade de São Carlos, 2010.</p> <p>DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar 9: geometria plana. 7. ed. São Paulo: Atual, Ltda, 1993.</p> <p>IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Geometria Plana: conceitos básicos. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>LIMA, Elon Lages; Coordenadas no plano com as soluções dos exercícios: geometria analítica, vetores e transformações geométricas. 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013.</p> <p>SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patrícia. Figuras e formas: matemática de 0 a 6, V.3. 2. Porto Alegre: Penso, 2014. Recurso online.</p>
Introdução ao Cálculo	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Expressões algébricas. Produtos notáveis. Fatoração algébrica. Funções: Conceito e classificação. Função linear, quadrática, exponencial, logarítmica e trigonométrica.
Referências	<p>Básicas: LEONARDO, Fabio Martins de. Conexões com a matemática. 2.ed. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2013.</p> <p>POSAMENTIER, Alfred S; KRULIK, Stephen. A arte de motivar os estudantes do ensino médio para a matemática. Porto Alegre: AMGH, 2014. Recurso online.</p> <p>SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. Matemática: ensino médio. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.</p>

	<p>Complementares:</p> <p>BEZERRA, Manoel Jairo. Matemática para o ensino médio. São Paulo: Scipione Ltda, 2001. (Série parâmetros).</p> <p>IEZZI, Gelson. MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar, conjunto, funções. 7. ed. atual. São Paulo: Atual Ltda, 1993.</p> <p>IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar, complexos, polinômios, equações. 6 ed. São Paulo: Atual Ltda, 1993. 6.v.</p> <p>IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Matemática e realidade: ensino fundamental 5ª série. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>TAHAN, Malba; SOUZA, Júlio César de Mello e. Matemática divertida e curiosa. 26. ed. Rio de Janeiro: Dist. Record de Serviços de Imprensa S.A., 2009.</p>
Políticas Públicas na Educação Básica	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Educação Básica: objetivos, princípios e diretrizes curriculares. Organização, funcionamento e financiamento da educação básica. Legislação: marcos regulatórios da educação básica. Relação entre educação, estado e sociedade.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.</p> <p>BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.</p> <p>SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. rev., atual. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2017.</p> <p>Complementares:</p> <p>BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.</p> <p>BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. [Reforma do Ensino Médio]. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Brasília: INEP, 2016.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.</p>
Psicologia da Educação	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	História da Psicologia Educacional e Escolar. Teorias contemporâneas da educação: personalistas, psicocognitivas, tecnológicas, sociocognitivas, sociais, espiritualistas e acadêmicas. Teorias de Desenvolvimento e da Aprendizagem.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>AZZI, Roberta Gurgel. GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves (org.). Psicologia e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. v.1.</p> <p>CARRARA, Kester. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.</p>

	<p>WOOLFOLK, Anita E. Psicologia da educação. 7. ed. Porto Alegre: Artmed 2000.</p> <p>Complementares: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. ref. ampl. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>CUNHA, Marcus Vinícius da. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. (O que você precisa saber sobre..).</p> <p>GAMEZ, Luciano. Psicologia de educação. Rio de Janeiro: LTC, 2013. Recurso online.</p> <p>OLIVEIRA, Marta Kohl de; SOUZA, Denise Trento R.; REGO, Teresa Cristina (org.). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna Ltda, 2002. (Teorias & tendências).</p> <p>VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 16. ed. São Paulo: Ícone, 2018.</p>
Cultura, Diferença e Cidadania	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Diversidade cultural: biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais. Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: desafios e conquistas. Cidadania, movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. Fundamentos de ciência política. Políticas públicas de inclusão.
Referências	<p>Básicas: AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9.ed. Campinas: Papirus, 2012.</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>Complementares: BRASIL; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA; ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013.</p> <p>DIAS, Jean Carlos; SIMÕES, Sandro Alex de Souza (coord.). Direito, políticas públicas e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Método, 2013. Recurso online.</p> <p>DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa de. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. Recurso online</p> <p>MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2020.</p> <p>DEUS, Zélia Amador de. Caminhos trilhados na luta antirracista. São Paulo: Autêntica, 2020. Recurso online.</p>
Práticas Extensionistas	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Princípios da extensão universitária. Atividades de extensão integradoras e articuladas aos conhecimentos específicos do semestre. De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
Referências	<p>Básicas: MELLO, Cleyson De Moraes; Almeida Neto, José Rogério M. de; PETRILLO, Regina Pentagna. Curricularização da extensão universitária - teoria e prática. Bonsucesso (RJ): Editora Processo, 2022.</p> <p>SÁ, Quimelli, Gisele Alves de. Princípios da extensão universitária. Curitiba (PR): CRV, 2022</p> <p>SERVA, Fernanda Mesquita. Extensão universitária e sua curricularização. Rio de</p>

	Janeiro (RJ): Lumen Juris, 2020. Complementares: BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa . 2. Rio de Janeiro: LTC, 2016. Recurso online. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica . 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) , aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa . 18 ed. Campinas: Papirus, c2012. 143. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). FREIRE, Paulo. Educação e Mudança . 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.
3º Semestre	
Cálculo I	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicações da derivada. Diferencial. Formas indeterminadas.
Referências	Básicas: ANTON, Howard; BIVENS, Irl C; DAVIS, Stephen. Cálculo , v.1. 10. Porto Alegre: Bookman, 2014. Recurso online. FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração . 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Prentice Hall Regents, 2007. MEDEIROS, Valéria Zuma. Pré-cálculo . São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006. Complementares: ADAMI, Adriana Miorelli; DORNELLES FILHO, Adalberto Ayjara; LORANDI, Magda Mantovani. Pré-cálculo . Porto Alegre: Bookman, 2015. Recurso online. EDWARDS JUNIOR, C. H.; PENNEY, David E. Cálculo com geometria analítica . 4. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1994. LARSON, Roland; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. Cálculo com geometria analítica . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. STEWART, James. Cálculo . 7.ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia. Ltda, 2015. SWOKOWSKI, Earl William. Cálculo com geometria analítica . v.1 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.
Física II	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Energia mecânica. Calor e entropia. Ondas sonoras. Estática e dinâmica dos fluídos. Gravitações e oscilações. Propriedades moleculares dos gases.
Referências	Básicas: ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física. 2 . São Paulo: Blucher, 2015. Recurso online. HALLIDAY, David; KRANE, Kenneth S.; RESNICK, Robert. Física 3 . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. TIPLER, Paul Allen. Física para cientistas e engenheiros 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. Recurso online. Complementares: ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário . São Paulo: Blucher, 2014. Recurso online. KNIGHT, Randall D. Física: uma abordagem estratégica , v.2. 2. Porto Alegre: Bookman, 2009. Recurso online. LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; ÁLVARES, Beatriz Alvarenga. Física . São Paulo: Scipione, 2001. RAMALHO JÚNIOR, Francisco; FERRARO, Nicolau Gilberto; SOARES, Paulo Antônio

	<p>de Toledo. Os fundamentos da física: terminologia, óptica, ondas. 8. ed. São Paulo: Moderna Ltda, 2003.</p> <p>NUSSENZVEIG, Herch Moysés. Curso de física básica, v. 1: mecânica. 5. São Paulo: Blucher, 2013. Recurso online .</p> <p>SCARINCI, Anne L; DIAS, Valéria Silva. Física. São Paulo: Blucher, 2017. Recurso online.</p>
Geometria Analítica e Vetorial	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Geometria analítica no plano e no espaço: ponto, reta, circunferência. Estudo de Vetores suas operações e propriedades. As Cônicas.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BOULOS, Paulo. CAMARGO, Ivan de. Geometria analítica: um tratamento vetorial. 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2005.</p> <p>IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar, 7: geometria analítica. 4. ed. São Paulo: Atual Ltda, 1993.</p> <p>WINTERLE, Paulo. Vetores e geometria analítica. São Paulo: Pearson Education, 2011.</p> <p>Complementares:</p> <p>DOLCE, Oswaldo e POMPEO, José. Nicolau. Fundamentos de matemática elementar 9: geometria plana. 7. ed. 2.reimp. São Paulo: Atual Ltda, 1993.</p> <p>LIMA, Elon Lages, Coordenadas no plano com as soluções dos exercícios: geometria analítica, vetores e transformações geométricas. 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013.</p> <p>SANTOS, Fabiano José dos; FERREIRA, Silvimar Fábio. Geometria analítica. Porto Alegre: ArtMed, 2009. Recurso online.</p> <p>SILVA, Cristiane da; MEDEIROS, Everton Coelho. Geometria analítica. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Recurso online.</p> <p>STRANG, Gilbert. Álgebra Linear e suas aplicações. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p>
Currículos e Saberes	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Construção histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo. Currículo, escola e sociedade. Propostas curriculares alternativas.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. 3. Porto Alegre: Bookman, 2006. Recurso online.</p> <p>BES, Pablo <i>et al.</i> Currículo e desafios contemporâneos. Porto Alegre: SAGAH, 2020. Recurso online.</p> <p>SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: Papirus, 2011.</p> <p>SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: O currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo, método no processo pedagógico. 7.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); NELSON, Cary <i>et al.</i> Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p>
Língua Portuguesa	

Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Introdução à comunicação. Ato comunicativo. Noção de texto. Níveis de leitura do texto. Hipertexto. Comunicação e o texto. Especificidades da estrutura frásica no texto. Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. Comunicação e linguagem. São Paulo: Pearson Education, 2012.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. ELIAS, Vanda Maria. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2018.</p> <p>MARTINO, Agnaldo. Português: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. 10. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.</p> <p>GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Sílvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Recurso online.</p> <p>MASIP, Vicente. Fundamentos lógicos da interpretação de textos e da argumentação. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Recurso online.</p> <p>TERRA, Ermani. Práticas de leitura e escrita. São Paulo: Saraiva, 2018. Recurso online.</p>
Práticas Extensionistas	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso. De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (ed.). Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. Barueri: Manole, 2015. Recurso online</p> <p>SILVEIRA, Daniel da Silva; MORAES, Maritza Costa (Orgs.). Formação de professores na extensão universitária: contribuições e desafios a prática docente. Rio Grande: Ed. FURG, 2020. v. 7 – Acesso: https://ead-tec.furg.br/repositorio/livros</p> <p>ZAMBONE, Alessandra Maria Sabatine; TIMM, Edgar Zanini ; OLIVEIRA; José Aparecido de. A extensão universitária como componente curricular. 2º ed. São Paulo: Editora Metodista; 2022. E-Book Kindle</p> <p>Complementares:</p> <p>BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. Recurso online</p> <p>BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. ampl. São Paulo: Pearson, 2014.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. Recurso online.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.</p>
4º Semestre	
Cálculo II	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Integrais indefinidas. Integrais definidas. Técnicas de integração. Aplicações da integral definida. Diferenciação parcial e total.

Referências	<p>Básicas: ANTON, Howard; BIVENS, Irl C; DAVIS, Stephen. Cálculo, v.2. 10. Porto Alegre: Bookman, 2014. Recurso online. FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Prentice Hall Regents, 2007. GONÇALVES, Mirian Buss; FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2 ed. .rev. e ampl. São Paulo: Pearson Education, 2007.</p> <p>Complementares: DEMANA, Franklin D. et al. Pré-cálculo. São Paulo: Pearson Education, 2009. 380 p. EDWARDS JUNIOR, C. H.; PENNEY, David E. Cálculo com geometria analítica. 4. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1994. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos; MACHADO, Nílson José. Fundamentos de matemática elementar: Limites; derivadas; noções de integral. 5. ed. São Paulo: Atual Ltda, 1993. v. 8. LARSON, Roland; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. Cálculo com geometria analítica. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. STEWART, James. Cálculo. 7.ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia. Ltda, 2015.</p>
Estatística	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Estatística descritiva. Tabelas e gráficos. Medidas de tendência central, medidas de dispersão. Assimetria e curtose. Noções de probabilidade. Correlação e Regressão.
Referências	<p>Básicas: CRESPINO, Antonio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Recurso online. DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. Estatística aplicada. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso online. MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. Recurso online.</p> <p>Complementares: FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6. São Paulo: Atlas, 2012. Recurso online MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada. 3. ed. São Paulo: Atlas Ltda, 2005. Recurso online MOORE, David S. ; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael. A estatística básica e sua prática. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014. Recurso online TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidora. Estatística básica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística. 9. ed. São Paulo: LTC, 2005. Recurso online</p>
Álgebra	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Teoria dos conjuntos. Relações. Aplicações. Leis de composição interna. Grupos. Anéis. Corpos.
Referências	<p>Básicas: CURY, Helena Noronha; RIBEIRO, Alessandro Jacques. Álgebra para a formação do professor. São Paulo: Autêntica, 2015. Recurso online HEFEZ, Abramo. Curso de álgebra. 3. ed. Rio de Janeiro: Impa, v. 1, 2002. SANTIAGO, Fabio et al. Álgebra. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Recurso online</p> <p>Complementares:</p>

	<p>BOULOS, Paulo.; CAMARGO, Ivan de. Geometria analítica: um tratamento vetorial. 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2005.</p> <p>CALLIOLI, Carlos A.; DOMINGUES, Hygino H.; COSTA, Roberto C. F. Álgebra linear e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atual Ltda, 1990.</p> <p>GONÇALVES, Adilson. Introdução à álgebra. 5. ed. Rio de Janeiro: Impa, 2001.</p> <p>IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: geometria analítica. 4. ed. São Paulo: Atual Ltda, 1993. v. 7</p> <p>WINTERLE, Paulo. Vetores e geometria analítica. São Paulo: Pearson Education, 2011.</p>
Educação e Necessidades Especiais	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Educação especial. Fundamentos históricos, epistemológicos e pedagógicos da educação especial. Necessidades educacionais especiais. Especificidades nas áreas visual, auditiva, mental, motora e sócio emocional e de altas habilidades/superdotação.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BAPTISTA, Cláudio Roberto; BARRETO, Maria Aparecida Santos Côrrea; VICTOR, Sonia Lopes (Org.). Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.</p> <p>BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (orgs.). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2004.</p> <p>DE CARLO, Marysia Mara Rodrigues do Prado. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 2001.</p> <p>Complementares:</p> <p>CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papirus, 2008.</p> <p>CAIADO, Kátia Regina Moreno. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. São Paulo: PUC/Campinas, 2006.</p> <p>KASSAR, Monica. Percursos da constituição de uma política brasileira de especial inclusiva, 2011. www.scielo.br/j/rbee/a/QnsLXV5R9QBcHpTc4qMQ9Tr/?format=pdf&lang=pt</p> <p>PADILHA, Anna Maria Lunardi. Possibilidades de historias ao contrário ou como desencaminhar o aluno da classe especial. São Paulo: Plexus, 2004.</p> <p>RIBAS, João. Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2011. Recurso online.</p>
Iniciação à Pesquisa Científica	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de pesquisa: pergunta de pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos. Normas de publicações específicas por área do conhecimento.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>CRESWELL, John W; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. Porto Alegre: Penso, 2021. Recurso online.</p> <p>HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernández; BAPTISTA LUCIO, Pilar. Metodologia de pesquisa. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>VOLPATO, Gilson Luiz. Ciência: da filosofia à publicação. 7. ed. Botucatu: Best Writing, 2019.</p> <p>Complementares:</p> <p>ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma</p>

	<p>abordagem simples, prática e objetiva. 2. São Paulo: Atlas, 2014. Recurso online.</p> <p>APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Recurso online.</p> <p>KROKOSZ, Marcelo. Outras palavras para autoria e plágio. São Paulo: Atlas, 2015. Recurso online</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. São Paulo: Atlas, 2021. Recurso online</p> <p>VIEIRA, Sonia. Introdução à bioestatística. 6. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2021. Recurso online</p>
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas – 3 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso. De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>OLIVEIRA, Andrea. Extensão Universitária Como Práxis Dialógica. Curitiba (PR): Editora CRV, 2023.</p> <p>OLIVEIRA, Irlane Maia de e CHASSOT, Attico. Saberes que sabem à Extensão Universitária. Jundiaí(SP): Paco Editorial, 2019.</p> <p>TAVARES. Christiane Andrade Regis e FREITAS, Katia Siqueira de. Extensão Universitária: O Patinho Feio da Academia? Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2016.</p> <p>Complementares:</p> <p>BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2016. Recurso online.</p> <p>BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18 ed. Campinas: Papirus, c2012. 143. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.</p>
5º Semestre	
Álgebra Linear I	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Espaços vetoriais: Espaço vetorial real. Combinações lineares de vetores Transformações lineares: Funções vetoriais. Núcleo e imagem de transformações lineares. Operadores lineares.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>LEON, Steven J. Álgebra linear com aplicações. 9. Rio de Janeiro: LTC, 2018. Recurso online.</p> <p>LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc. Teorias e problemas de álgebra linear. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p> <p>LIPSCHUTZ, Seymour. Álgebra linear. resumo e teoria, 600 problemas resolvidos, 524 problemas propostos. 2. ed. Rio de Janeiro: Mcgraw-Hill do Brasil Ltda, 1974</p> <p>Complementares:</p> <p>ANTON, Howard; RORRES, Chris. Álgebra linear com aplicações. 10. Porto Alegre: Bookman, 2012. Recurso online.</p> <p>BOULOS, Paulo.; CAMARGO, Ivan de; Geometria analítica: um tratamento vetorial. 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2005.</p> <p>HEFEZ, Abramo. Curso de álgebra. 3. ed. Rio de Janeiro: Impa, 2002.</p>

	<p>STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. Introdução à álgebra linear. São Paulo: Pearson Education, 1997.</p> <p>STRANG, Gilbert. Álgebra Linear e suas aplicações. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p>
Estágio Curricular Obrigatório	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Formação de professores. Observação do cotidiano escolar. Elaboração de planejamento de intervenção.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: matemática. Brasília: MEC/SEF, 2001. v. 3.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria S. Lucina. Estágio e docência. São Paulo: Cortez 2004.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVAL, 2014.</p> <p>Complementares:</p> <p>BIEMBENGUT, Maria Salett; HEIN, Nelson. Modelagem matemática no ensino. São Paulo: Contexto, 2000.</p> <p>D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. 3. ed. Campinas: Summus, 1986.</p> <p>DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. Orientações para elaboração de projetos e monografias. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file</p> <p>PERES, Selma Martines; PAULA, Maria Helena de; SANTOS, Márcia Pereira dos (org.). Educação e formação de professores: concepções, políticas e práticas. São Paulo: Blucher, 2017. Recurso online.</p>
Cálculo III	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Integrais múltiplas. Cálculo vetorial. Sequências e séries numéricas.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>ANTON, Howard; BIVENS, Irl C; DAVIS, Stephen. Cálculo, v.2. 10. Porto Alegre: Bookman, 2014. Recurso online.</p> <p>FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Prentice Hall Regents, 2007.</p> <p>GONÇALVES, Mirian Buss; FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Education, 2007.</p> <p>Complementares:</p> <p>FEITOSA, Miguel Oliva. Cálculo vetorial e geometria analítica: exercícios propostos e resolvidos. 4 ed. São Paulo: Atlas Ltda, 1996.</p> <p>IEZZI, Gelson, MURAKAMI, Carlos, MACHADO, Nilson José. Fundamentos de matemática elementar: limites; derivadas; noções de integral. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: Atual Ltda, 1993. v. 8.</p> <p>LIMA, Elon Lages. Análise real. 6. ed. Rio de Janeiro: Impa, 2002. v. 1. (Coleção matemática universitária).</p>

	SIMMONS, George Finlay. Cálculo com geometria analítica . São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil Ltda, 1987. STEWART, James. Cálculo . 7 ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia. Ltda, 2015.
Didática	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Planejamento Escolar. Conteúdos Curriculares. Metodologia de Ensino e Aprendizagem. Políticas de avaliação e avaliação da Aprendizagem.
Referências	Básicas: CANDAUI, Vera Maria (org.). A didática em questão . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições . 22. São Paulo: Cortez, 2013. Recurso online. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico . 14. ed. São Paulo: Libertad, 2005. Complementares: CANDAUI, Vera Maria (Org.). Reinventar a escola . 9. ed. Petrópolis: Vozes 2013. COMÊNIO, J. A. Didáctica magna . 4. ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 1996. MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? como planejar?: currículo, área, aula . 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . 37. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.
Referências	Básicas: CORTESE, Tatiana Tucunduva Philippi; KNISS, Claudia Terezinha; MACCARI, Emerson Antonio (org.). Cidades inteligentes e sustentáveis . Barueri, SP: Manole, 2017. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política . São Paulo: Cortez, 2012. SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Complementares: LOUREIRO, Carlos Frederico; TORRES, Juliana Rezende (Org.). Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire . São Paulo: Cortez, 2014. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro . 24. ed.rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros. 2016. MILARÉ, Édís. Direito do ambiente . 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters, 2018. Organização das Nações Unidas BRASIL - ONU/BR. 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU . https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/ ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo F; CARLOS, Viviane Moschini (org.). Meio ambiente e sustentabilidade . Porto Alegre: Bookman, 2012. Recurso online.
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas – 3 créditos

Ementa	Atividades de extensão integradoras e articuladas aos conhecimentos específicos do egresso. De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
Referências	<p>Básicas: CAVALCANTI, Francisco Rodrigo P; SILVEIRA, Jarbas A. N. Fundamentos de gestão de projetos. São Paulo: Atlas, 2016. Recurso online. SILVA, Girlene Feitosa da. Formação de Professores e as Tecnologias Digitais: a Contextualização da Prática na Aprendizagem. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2020. TAJRA, Sanmya (Org.). Metodologias ativas e as tecnologias educacionais: Conceitos e Práticas. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.</p> <p>Complementares: BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. Recurso online. BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. ampl. São Paulo: Pearson, 2014. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. Recurso online FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.</p>
6º Semestre	
Cálculo Numérico	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Erros. Zeros de funções. Resolução de sistemas de equações: lineares e não lineares. Interpolação polinomial. Derivação e integração numérica. Ajuste de curvas.
Referências	<p>Básicas: ARENALES, Selma; DAREZZO, Artur. Cálculo Numérico: aprendizagem com Apoio de Software. 2. São Paulo: Thomson Learning, 2016. Recurso online. BURDEN, Richard; FAIRES, J. Douglas; Análise numérica. São Paulo: Thomson, 2011. Recurso online. FREITAS, Raphael de Oliveira; CORRÊA, Rejane Izabel Lima; VAZ, Patrícia Machado Sebijos. Cálculo numérico. Porto Alegre: SAGAH, 2019. Recurso online.</p> <p>Complementares: BARROSO, Leônidas Conceição et al. Cálculo numérico: com aplicações. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987. CLÁUDIO, Dalcídio Moraes; MARINS, Jussara Maria. Cálculo numérico computacional: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas Ltda, 1994. FRANCO, Neide Bertoldi. Cálculo numérico. São Paulo: Pearson Education, 2010. RUGGIERO, Márcia A. Gomes; LOPES, Vera Lúcia da Rocha. Cálculo numérico: aspectos teóricos e computacionais. 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 1996. VARGAS, José Viriato Coelho; ARAKI, Luciano Kiyoshi. Cálculo numérico aplicado. Barueri: Manole, 2017. Recurso online.</p>
Instrumentação para o Ensino da Matemática I	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Estratégias e Metodologias para apresentação dos conteúdos do Ensino Fundamental. Ensino simultâneo das unidades temáticas: Números, Geometria, Álgebra, Probabilidade e Estatística, Grandezas e Medidas.
Referências	<p>Básicas: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho (org.). Educação matemática: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004. BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: matemática. Brasília: MEC/SEF, 2001. v. 3.</p>

	<p>KISHIMOTO, Tizuko M et al. (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. -14. São Paulo: Cortez, 2017. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>IMENES, Luiz Márcio. Geometria das dobraduras. 7.ed. 6.reimp. São Paulo: Editora Scipione Ltda, 2001. 64 p. (Vivendo A Matemática).</p> <p>NACARATO, Adair Mendes; SANTOS, Cleane Aparecida dos. Aprendizagem em geometria na educação básica. São Paulo: Autêntica, 2014. Recurso online.</p> <p>PONTE, João Pedro da; BROCARD, Joana; OLIVEIRA, Hélia. Investigações matemáticas na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (Tendências em educação matemática).</p> <p>RAMOS, Luzia Faraco. Frações sem mistérios. São Paulo: Editora Ática, 2009. 104 p. (A Descoberta da Matemática).</p>
Estágio Curricular Obrigatório	
Carga horária	120 horas – 6 créditos
Ementa	Planejamento de intervenção no campo: Estágio curricular obrigatório no ensino fundamental.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 13. ed. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).</p> <p>DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. Orientações para elaboração de projetos e monografias. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Formando professores profissionais. quais estratégias? Quais competências? 2. Porto Alegre: ArtMed, 2018. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>DEMO, Pedro. ABC: iniciação à competência reconstrutiva do professor básico. 3 ed. São Paulo: M.r. Cornacchia & Cia. Ltda, 2002. (Coleção magistério : formação e trabalho).</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Território Catarinense. Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Secretaria de Estado de Santa Catarina. 2019</p> <p>SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. COORDENADORIA GERAL DE ENSINO. Proposta curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: temas multidisciplinares. Florianópolis: Cogen, 1998.</p>
Álgebra Linear II	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Autovalores e autovetores. Diagonalização de operadores lineares. Formas lineares, bilineares, quadráticas.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>LEON, Steven J. Álgebra linear com aplicações. 9. Rio de Janeiro: LTC, 2018. Recurso online.</p> <p>LIPSCHUTZ, Seymour. Álgebra linear. resumo e teoria, 600 problemas resolvidos, 524 problemas propostos. 2. ed. Rio de Janeiro: Mcgraw-Hill do Brasil Ltda, 1974.</p> <p>ZAHN, Maurício. Álgebra linear. São Paulo: Blucher, 2021. Recurso online.</p>

	<p>Complementares:</p> <p>ANTON, Howard; RORRES, Chris. Álgebra linear com aplicações. 10. Porto Alegre: Bookman, 2012. Recurso online.</p> <p>CAMARGO, Ivan de. BOULOS, Paulo. Geometria analítica: um tratamento vetorial. 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2005.</p> <p>HEFEZ, Abramo. Curso de álgebra. 3. ed. Rio de Janeiro: Impa, 2002. v. 1 (Coleção matemática universitária).</p> <p>LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc. Teorias e problemas de álgebra linear. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p> <p>STRANG, Gilbert. Álgebra Linear e suas aplicações. 4 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. Recurso online.</p>
Tecnologias Educacionais	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Tecnologia, escola e trabalho docente: a quebra de paradigmas. Integração das diferentes tecnologias usadas na Educação e sua avaliação. Metodologia de ensino e uso de novas tecnologias.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>OLIVEIRA, Édison Trombeta de. Como escolher tecnologias para educação a distância, remota e presencial. São Paulo: Blucher, 2022. Recurso online.</p> <p>TAJRA, Sanmya Feitosa. Desenvolvimento de projetos educacionais: mídias e tecnologias. São Paulo: Erica, 2014. Recurso online.</p> <p>TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 9. São Paulo: Erica, 2012. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>BARANAUSKAS, Maria Cecília Calani; MARTINS, Maria Cecília; VALENTE, José Armando. Codesign de redes digitais: tecnologia e educação a serviço da inclusão social. 1. Porto Alegre: Penso, 2013. Recurso online.</p> <p>BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion; BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. 1. São Paulo: Erica, 2014. Recurso online</p> <p>CARMO, Valéria Oliveira do. Tecnologias educacionais. São Paulo Cengage Learning 2015. Recurso online.</p> <p>Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 135 p. (Orientações curriculares para o ensino médio ; volume. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf)</p> <p>FERREIRA, Armindo Ribeiro. Comunicação e aprendizagem: mecanismos, ferramentas e comunidades digitais. São Paulo: Erica, 2014. Recurso online.</p>
Libras I	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Fundamentos históricos e epistemológicos da Língua de Sinais. Surdez e Linguagem. Culturas e Identidades Surdas. Sinal e seus Parâmetros. Noções gramaticais e Vocabulário Básico.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>LACERDA, Cristina Broglia F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFSCar, 2014.</p> <p>SKLIAR, Carlos (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p>

	<p>Complementares: FERNANDES, Eulalia (org.). Surdez e bilinguismo. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.</p> <p>LACERDA, Cristina B. Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2015.</p> <p>LODI, Ana Cláudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (org.). Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>LOPES, Maura Corcini. Surdez e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p>
Pesquisa e Prática Pedagógica I	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Pesquisa em educação. Pesquisa educacional no Brasil. A pesquisa no processo ensino aprendizagem.
Referências	<p>Básicas: DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Papyrus. Campinas. 2012.</p> <p>SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez (org.). Pesquisa educacional: quantidade – qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>Complementares: KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. 2. ed. rev. São Paulo: Paralelo, 2000.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas – 3 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso. De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
Referências	<p>Básicas: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª. São Paulo: Atlas, 2012. Recurso online.</p> <p>BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017. Recurso online.</p> <p>CALGARO NETO, Silvio. Extensão e Universidade - A Construção de Transições Paradigmáticas por Meio das Realidades Sociais. Curitiba (PR): Appris Editora e Livraria Ltda, 2016.</p> <p>Complementares: BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. Recurso online.</p> <p>BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de</p>

	<p>metodologia científica. 3. ed. ampl. São Paulo: Pearson, 2014.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. Recurso online.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.</p>
7º Semestre	
Equações Diferenciais	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Equações diferenciais de 1ª ordem. Equações diferenciais de 2ª ordem. Equações lineares de ordem superior. Solução em séries das equações lineares de 2ª ordem. Sistemas de equações lineares de 1ª ordem. Transformada de Laplace. Equação Diferencial parcial.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BOYCE, William; DIPRIMA, Richard C.; IORIO, Valéria de Magalhães. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. 7 ed. São Paulo: LTC, 2002. Recurso online.</p> <p>EDWARD, C. H.; PENNEY, David E. Equações diferenciais elementares com problemas de contorno. 3 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall Regents, 1995.</p> <p>ZILL, Dennis G. Equações diferenciais com aplicações em modelagem. 9.ed. São Paulo: Thomson, 2011. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>CENGEL, Yunus A; PALM III, William J. Equações diferenciais. Porto Alegre: AMGH, 2014. Recurso online.</p> <p>FIGUEIREDO, Djairo Guedes de. Análise de fourier e equações diferenciais parciais. 4 ed. Rio de Janeiro: Impa, 2012.</p> <p>FIGUEIREDO, Djairo Guedes de; NEVES, Aloisio Freiria. Equações diferenciais aplicadas. 2 ed. Rio de Janeiro: Impa, 2001.</p> <p>IÓRIO, Valéria de Magalhães. EDP: Um curso de graduação. 2 ed. Rio de Janeiro: Impa, 2001.</p> <p>MATOS, Marivaldo P. Séries e equações diferenciais. São Paulo: Prentice Hall Regents, 2002. 251 p.</p>
Estágio Curricular Obrigatório	
Carga horária	120 horas – 6 créditos
Ementa	Planejamento de observação e intervenção no campo de Estágio do Ensino Médio.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>ABREU, Maria Célia de. MASETTO, Marcos Tarciso. O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos. 11 ed. São Paulo: MG Associados Ltda, 1997.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. Orientações para elaboração de projetos e monografias. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>Complementares:</p> <p>CARRAHER, Terezinha Nunes; Na vida dez, na escola zero. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 13. ed. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção magistério : formação e trabalho pedagógico).</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,</p>

	<p>2005.</p> <p>PARRA, Cecília; SAIZ, Irma (org.). Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria S. Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. (Docência em formação).</p>
Instrumentação para o Ensino da Matemática II	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Metodologias e Estratégias para a Matemática na Formação Geral Básica e Itinerários do Ensino Médio. Eixos integradores das Unidades Temática de Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas e Probabilidade e Estatística.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho (org.). Educação matemática: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>PONTE, João Pedro da; BROCARDO, Joana; OLIVEIRA, Hélia. Investigações matemáticas na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (Tendências em educação matemática).</p> <p>Complementares:</p> <p>ENZENSBERGER, Hans Magnus. O diabo dos números: um livro de cabeceira para todos aqueles que têm medo de matemática. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>MOYSÉS, Lucia. Aplicações de Vygotsky à educação matemática. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2004. (Magistério formação e trabalho pedagógico).</p> <p>NACARATO, Adair Mendes; SANTOS, Cleane Aparecida dos. Aprendizagem em geometria na educação básica. São Paulo: Autêntica, 2014. Recurso online.</p> <p>POSAMENTIER, Alfred S; KRULIK, Stephen. A arte de motivar os estudantes do ensino médio para a matemática. Porto Alegre: AMGH, 2014. Recurso online.</p>
Análise Matemática I	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Sequências e séries de funções. Teoremas clássicos do cálculo: limites e continuidade. Funções deriváveis. Integral de Riemann.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>ÁVILA, Geraldo. Análise matemática para licenciatura. 3. ed. São Paulo: Blucher 2006. Recurso online.</p> <p>LIMA, Elon Lages. Análise real. 6. ed. Rio de Janeiro: Impa, 2002. v.1. (Coleção matemática universitária).</p> <p>LIMA, Elon Lages. Curso de análise.-10. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2002. v.1 (Coleção projeto euclides).</p> <p>Complementares:</p> <p>BURDEN, Richard L; FAIRES, J. Douglas; BURDEN, Annette M. Análise numérica. 3. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Recurso online.</p> <p>GONÇALVES, Mirian Buss; FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Education, 2007.</p> <p>GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo. 3 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S. A, 1998. v. 3. Recurso online.</p> <p>MATOS, Marivaldo P. Séries e equações diferenciais. São Paulo: Prentice Hall Regents,</p>

	2002. STEWART, James. Cálculo . 7.ed São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia. Ltda, 2015. v.1. Recurso online.
Libras II	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Noções gramaticais e vocabulário intermediário. Uso da Libras em Contextos.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte (ed.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.</p> <p>LACERDA, Cristina Broglia F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFSCar, 2014.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte (ed.). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras. São Paulo: Edusp, 2019. v. 2.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte (ed.). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras. São Paulo: Edusp, 2005. v. 3.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte (ed.). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras. São Paulo: Edusp, 2005. v. 4.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007.</p>
Pesquisa e Prática Pedagógica II	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	A educação, a escola e a sala de aula como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 26.ed. São Paulo: Loyola, 2014.</p> <p>DUSSEL, Inês; CARUSO, Marcelo. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2001. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (org.). O sentido da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2019. Recurso online.</p> <p>COSTA, Marisa Cristina Vorraber <i>et al.</i> Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed Rio de Janeiro: DP&A, 2007.</p> <p>DUBET, François. O que é uma escola justa? a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez 2008.</p> <p>GARCIA, Regina Leite (org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p>
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas – 3 créditos

Ementa	Atividades de extensão integradoras e articuladas aos conhecimentos específicos do egresso. De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>CAMARGO, Fausto F. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018. Recurso online.</p> <p>FAZENDA, Ivani (Coord). Práticas interdisciplinares na escola. 13ª ed, São Paulo: Cortez, 2017.</p> <p>RAYNAULT, C. Interdisciplinaridade: o mundo contemporâneo: complexidade e desafios à produção e à aplicação do conhecimento. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri: Manole, 2011.</p> <p>Complementares:</p> <p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.); GODOY, Herminia Prado (coord.). Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar, intervir. São Paulo: Cortez, 2014. Recurso online.</p> <p>LOUREIRO, L. F. et al. Interdisciplinaridade: Uma Proposta Epistemológica para a Ciência Pós-Moderna. InterSciencePlace, v.14, n. 4, p. 127-147. 2019. Disponível: https://www.mamiraua.org.br/documentos/7bf0072211ca5cb93c466e32f70ef551.pdf</p> <p>PAVIANI, Jayme. Interdisciplinaridade: Conceitos e Distinções. Caxias do Sul (RS): Educ, 2014.</p> <p>PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C. S. Ensino, pesquisa e inovação: desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri: Manole, 2017. Recurso online.</p> <p>PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J (ed.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri: Manole, 2011. Recurso online.</p> <p>ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo: Uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 2002.</p>
8º Semestre	
História da Matemática	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	O desenvolvimento da Matemática ao longo da História. Pré-história. Sistemas de numeração. Matemática na antiguidade. Arquimedes, Euclides e Pitágoras. O desenvolvimento do cálculo e suas aplicações. A Matemática nos séculos XIX e XX. História da Matemática no Brasil.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BOYER, Carl B. História da Matemática. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1974.</p> <p>GUELLI, Oscar. Dando corda na trigonometria. 9. ed. São Paulo: Ática, 2009. v. 6 (Contando a história da matemática).</p> <p>MIGUEL, Antônio; MIORIM, Maria Ângela. História na educação matemática: propostas e desafios. 3. São Paulo: Autêntica, 2019. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>BERLINGHOFF, William P; GOUVÊA, Fernando Q. A matemática através dos tempos: um guia fácil e prático para professores e entusiastas. São Paulo: Blucher, 2020. Recurso online.</p> <p>IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo. Os números na história da civilização. 12 ed. 1.imp. São Paulo: Scipione Ltda, 2000. (Coleção vivendo a matemática).</p> <p>SILVA, Clovis Pereira da. A matemática no Brasil: história de seu desenvolvimento. 3. São Paulo: Blucher, 2003. Recurso online.</p> <p>SINGH, Simon. O último teorema de Fermat. 10 ed. Rio de Janeiro: Dist. Record De Serviços De Imprensa S.a. 2004.</p> <p>SOUSA, Alex Rodrigo dos Santos et al. História da matemática. Porto Alegre: SAGAH,</p>

	2021. Recurso online.
Matemática Aplicada	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Modelos matemáticos aplicados ao ensino fundamental e médio. Modelos matemáticos envolvendo equações diferenciais ordinárias. Dinâmica populacional: modelos discretos; contínuos; multiespecíficos e estabilidade. Modelos matemáticos envolvendo equações diferenciais parciais.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BIEMBENGUT, Maria Salett, HEIN, Nelson. Modelagem matemática no ensino. São Paulo: Contexto, 2000.</p> <p>GOLDSTEIN, Larry J et al. Matemática aplicada. 12. Porto Alegre: Bookman, 2012. Recurso online.</p> <p>LAPA, Nilton. Matemática aplicada. São Paulo: Saraiva, 2012. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>ARENALES, Marcos et al. Pesquisa operacional: para cursos de engenharia. Rio de Janeiro: Campus, 2007.</p> <p>BOYCE, William; DIPRIMA, Richard C.; IORIO, Valéria de Magalhães. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. 7 ed. São Paulo: LTC, 2002. Recurso online.</p> <p>FIGUEIREDO, Djairo Guedes de; NEVES, Aloisio Freiria. Equações diferenciais aplicadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Impa, 2001. (Coleção matemática universitária).</p> <p>GONÇALVES, Mirian Buss; FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Education, 2007.</p> <p>SULLIVAN, Michael. Matemática finita: uma abordagem aplicada. 11. Rio de Janeiro: LTC, 2013. Recurso online.</p>
Análise Matemática II	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Espaços métricos. Continuidade uniforme. Espaços topológicos. Conjuntos compactos e conexos.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>ÁVILA, Geraldo. Análise matemática para licenciatura. 3. São Paulo: Blucher, 2006. Recurso online.</p> <p>KÜHLKAMP, Nilo. Introdução à topologia geral. 2 ed. rev. ampl. Florianópolis: UFSC, 2002.</p> <p>SILVA, Cristiane da et al. Análise real. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Recurso online.</p> <p>Complementares:</p> <p>LIMA, Elon Lages. Análise real. 6. ed. Rio de Janeiro: Impa, 2002. v.1. (Coleção matemática universitária).</p> <p>LIMA, Elon Lages. Curso de análise. 10. ed. Rio de Janeiro: INPA, 2002. v. 1.</p> <p>LIMA, Elon Lages. Espaços métricos. 3. ed. Rio de Janeiro: Impa, 1993.</p> <p>MATOS, Marivaldo P. Séries e equações diferenciais. São Paulo: Prentice Hall Regents, 2002.</p> <p>SWOKOWSKI, Earl William. Cálculo com geometria analítica. 2. ed. São Paulo: Makron Books Do Brasil Ltda, 1994. v. 1 e v. 2.</p>
Estágio Curricular Obrigatório	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Elaboração de relatório final. Preparação e devolução do estágio curricular obrigatório.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BIEMBENGUT, Maria Salett e HEIN, Nelson. Modelagem matemática no ensino. São</p>

	<p>Paulo: Contexto, 2000.</p> <p>DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. Orientações para elaboração de projetos e monografias. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>FREITAS, Helena Costa Lopes. O trabalho como princípio articulador da prática de ensino e nos estágios. Campinas: M.r. Cornacchia & Cia. Ltda, 1996. (Coleção Magistério. Formação E Trabalho Pedagógico).</p> <p>Complementares:</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Da realidade à ação: reflexões sobre educação matemática. 3. ed. Campinas: Summus, 1986.</p> <p>CASTRO, Elza Vidal de (org.). Formação continuada de docentes da educação básica: construindo e reconstruindo conhecimentos na prática pedagógica (LASEB). São Paulo: Autêntica, 2018. Recurso online.</p> <p>IGLIORI, Sonia Barbosa Camargo (org.). Compreender o trabalho dos professores brasileiros do ensino básico: uma abordagem pelos recursos. São Paulo: Blucher, 2021. Recurso online.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>
Programação Linear	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Caracterização de programação linear. Solução gráfica de um problema de programação linear. Método simplex. Dualidade.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p> <p>ARENALES, Marcos et al. Pesquisa operacional: para cursos de engenharia. Rio de Janeiro: Campus, 2007.</p> <p>PUCCINI, Abelardo de Lima. Introdução à programação linear. Rio de Janeiro: Livros Técnicos E Científicos Editora S. A, 1985.</p> <p>Complementares:</p> <p>COELHO, Flávio Ulhoa. Cálculo em uma variável. São Paulo: Saraiva, 2013. Recurso online.</p> <p>HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. Introdução à pesquisa operacional. 8 ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2006. Recurso online.</p> <p>LARSON, Ron. Elementos de álgebra linear. São Paulo: Cengage Learning, 2017. Recurso online.</p> <p>MACHADO, Celso Pessanha et al. Cálculo: integrais duplas e triplas, aplicação e análise vetorial. Porto Alegre: SAGAH, 2020. Recurso online.</p> <p>MOREIRA, Daniel Augusto. Pesquisa operacional: curso introdutório. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2018. Recurso online.</p>
Seminário em Educação Matemática	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Seminário em Educação Matemática. Prática docente na educação básica. Devolutiva do estágio. Devolutivas de atividades desenvolvidas ao longo do curso.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. 12. ed. São Paulo: Papyrus, 2001. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).</p>

	<p>MOYSÉS, Lucia. Aplicações de Vygotsky à educação matemática. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2004. (Magistério formação e trabalho pedagógico).</p> <p>PERES, Selma Martines; PAULA, Maria Helena de; SANTOS, Márcia Pereira dos (org.). Educação e formação de professores: concepções, políticas e práticas. São Paulo: Blucher, 2017. Recurso online.</p> <p>Complementares: BORBA, Marcelo de Carvalho; SOUTO, Daise Lago Pereira; CANEDO JUNIOR, Neil da Rocha. Vídeos na educação matemática: Paulo Freire e a quinta fase das tecnologias digitais. São Paulo: Autêntica, 2022. Recurso online.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. Recurso online.</p> <p>SABBAG, Paulo Yazigi. Organização, conhecimento e educação. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. Recurso online.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 5. ed Campinas Autores Associados, 2019.</p>
Gestão de Processos Educacionais	
Ementa	Gestão e organização da educação. Teorias da administração e da gestão educacional. Avaliação institucional e planejamento estratégico.
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Referências	<p>Básicas: DOURADO, Luís Fernandes; PARO, Vitor Henrique. Políticas públicas & educação básica. São Paulo: Xamã Vm Gráfica Ltda, 2001.</p> <p>SANT'ANNA, Geraldo José. Planejamento, gestão e legislação escolar. São Paulo: Erica, 2014. Recurso online.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2005.</p> <p>Complementares: HARDT, Lúcia Schneider (org.) Coordenação pedagógica: (per) formações e cartografias. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015.</p> <p>LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.</p> <p>NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Projeto político-pedagógico (PPP): guia prático para construção participativa. São Paulo: Erica, 2009. Recurso online.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17.ed. Rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED:UNIVALI, 2014.</p>
Pesquisa e Prática Pedagógica	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	A formação específica como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básicas: BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. 12. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.</p> <p>GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. As lições de Paulo Freire: filosofia, educação e política.</p>

	<p>Barueri: Manole, 2012. Recurso online.</p> <p>Complementares: KRAMER, Sônia; SOUZA, Solange Jobim e (org.). Histórias de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>MUNHOZ, Antonio Siemsen. ABP: Aprendizagem Baseada em Problemas: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Recurso online.</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>THUMS, Jorge. O acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. 3. ed. Canoas: ULBRA, 2003.</p>
--	--

4.9 CONTEÚDOS CURRICULARES

As Diretrizes Curriculares para os cursos de Matemática (Resolução CNE/CES 3, de 18 de fevereiro de 2003) estabelecem que o projeto pedagógico de formação profissional a ser formulado pelo curso de Matemática explícita, entre outros elementos, os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica.

Em relação aos conteúdos curriculares há de se observar a previsão no PPC, considerando a promoção do efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, voltado para uma sólida formação geral, humanística e axiológica, bem como a atualização da área, por meio do processo de educação continuada, assim como a adequação da carga horária em 3.520 horas, conforme previsto nas diretrizes curriculares nacionais e a adequação da bibliografia, de acordo com os planos de ensino das disciplinas em consonância com o projeto pedagógico do curso.

A estrutura curricular em desenvolvimento no Curso de Matemática visa a acessibilidade metodológica, bem como a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciando o curso dentro da área profissional e induzindo o contato com conhecimento recente e inovador.

Nesse vértice a nova estrutura curricular, cuja aprovação foi confirmada pelo colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de Matemática, abarcou a implementação de ferramentas para formar profissionais em Matemática que se mostrem qualificados e dominem tecnicamente os conhecimentos pedagógicos e específicos, conscientes de sua participação nos processos de transformação da sociedade, abordados nas disciplinas de Práticas Extensionistas e Pesquisa e Prática Pedagógica.

A estrutura vem atender a Resolução CNE/CP n. 2/2019 que define a formação inicial

do Magistério da Educação Básica em Nível Superior. Assim, os novos conteúdos visam promover desde as fases iniciais o conhecimento teórico alinhado ao exercício prático da Matemática.

O Curso de Matemática da Uniplac tem como objetivo apresentar à sociedade seus egressos como cidadãos críticos, capazes de atender às demandas de formação escolar e do desenvolvimento científico, bem como pautados por um compromisso ético e transformador da realidade. Os conteúdos curriculares, segundo as orientações das Diretrizes são diferenciados em:

Grupo I – Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos

Grupo II – Conhecimentos específicos das áreas componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimentos das BNCC.

Grupo III – Práticas Pedagógicas - Estágio Curricular Obrigatório e Prática dos Componentes Curriculares.

Os conteúdos de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realizadas educacionais – compreende o campo educacional de forma interdisciplinar e áreas específicas.

Os conteúdos abordados no núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico da instituição em sintonia com os sistemas de ensino – compreende os conteúdos e metodologias referentes a área do curso. E os conteúdos do núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreende a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades;

d) atividades de comunicação e expressão visando a aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Dentro dos conteúdos curriculares há a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena estão contemplados na disciplina institucional de Cultura, Diferença e Cidadania, do 2º semestre, com 4 créditos,

correspondentes a 80 horas, ofertada na modalidade a distância.

As questões da educação ambiental são abordadas na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas e também ofertada na modalidade a distância. Além disso a Uniplac vem desenvolvendo o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação PPIEAG, que visa integrar a Educação para inteireza e atividades de extensão, no intuito de efetivar a Educação Ambiental nos Cursos de Graduação.

3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares

A proposta curricular para o Curso de Matemática da UNIPLAC foi estruturada em regime regular presencial, que prevê um período 04 (quatro) anos ou 08 semestres para a sua integralização e cujos conteúdos devem ser trabalhados articulando as diferentes áreas (disciplinas) através de práticas laboratoriais e ações pedagógicas que extrapolem o ambiente tradicional da sala de aula.

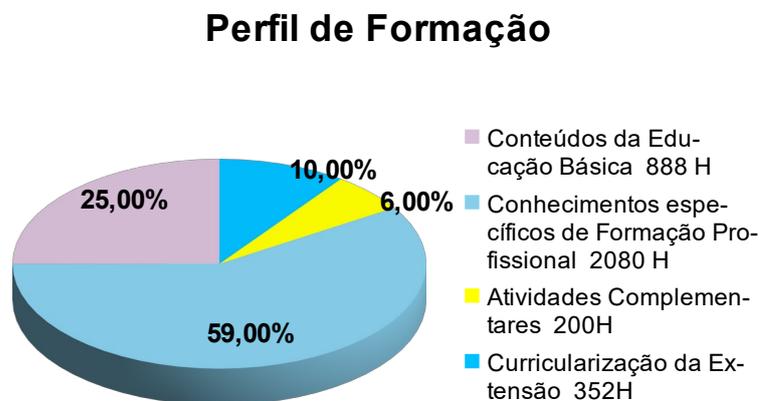
Os conteúdos curriculares, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Matemática, são desenvolvidos a partir das ementas de cada uma das disciplinas e procuram aproximar de forma vertical e horizontal estabelecidas no PPC com os objetivos geral e específicos e dividem-se em núcleos de Conteúdos da Educação Básica, Conteúdos Específicos de Formação Profissional.

O quadro abaixo representa as disciplinas que compõe cada um dos Conteúdos:

NÚCLEOS	DISCIPLINAS	C/H	Disciplinas e %
Grupo I	- Profissão Docente	40	17 disciplinas
Conteúdos da Educação Básica	- Tecnologia da Informação e Comunicação	80	
	- Políticas Públicas da Educação Básica	40	
	- Psicologia da Educação	40	
	- Cultura, Diferença e Cidadania	80	
	- Currículos e Saberes	40	
	- Língua Portuguesa	80	
	- Educação e Necessidades Especiais	40	
	- Iniciação à Pesquisa Científica	80	
	- Didática	80	
	- Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	80	
	- Libras I	40	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica I	28	
	- Libras II	40	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica II	30	
	- Gestão de Processos Educacionais	40	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica III	30	
Total da Carga Horária do Conteúdo		888	25%

Grupo II Conhecimentos específicos de Formação Profissional	- Geometria Plana	80	30 disciplinas
	- Fundamentos da Matemática	80	
	- Matemática Financeira	80	
	- Física I	80	
	- Geometria Plana e Espacial	40	
	- Introdução ao Cálculo	80	
	- Cálculo I	80	
	- Física II	80	
	- Geometria Analítica e Vetorial	80	
	- Cálculo II	80	
	- Estatística	80	
	- Álgebra	80	
	- Álgebra Linear I	40	
	- Estágio Curricular Obrigatório	80	
	- Cálculo III	80	
	- Cálculo Numérico	80	
	- Instrumentação para o Ensino da Matemática I	40	
	- Estágio Curricular Obrigatório	120	
	- Álgebra Linear II	40	
	- Tecnologia Educacionais	40	
- Equações Diferenciais	80		
- Estágio Curricular Obrigatório	120		
- Instrumentação para o Ensino da Matemática II	40		
- Análise Matemática I	80		
- História da Matemática	40		
- Matemática Aplicada	80		
- Análise Matemática II	40		
- Estágio Curricular Obrigatório	80		
- Programação Linear	40		
- Seminário em Educação Matemática	40		
Total da Carga Horária do Conteúdo		2080	59%
Grupo III Atividades Complementares	- Atividades de Pesquisa - Atividades de Extensão - Atividades de Monitoria - Estágio não Obrigatório - Eventos científicos ou culturais - Disciplinas cursadas na Uniplac ou em outra IES e que não faça parte da estrutura curricular do curso.		-
Total da Carga Horária das Atividades Complementares		200	6%
Grupo IV Curricularização da Extensão	- Práticas Extensionistas	320	2 disciplinas
	- Pesquisa e Prática Pedagógica	32	
Total da Carga Horária da Curricularização da Extensão		352	10%
Total da Carga Horária do Curso		3520	100%

4.9.1 Representação Gráfica do Perfil de Formação



4.9.2 Requisitos Legais

4.9.2.1 Educação Ambiental

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (CONSUNI) (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013) determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação da UNIPLAC.

O projeto do curso de Matemática prevê a integração da educação ambiental por meio da disciplina Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – 5º semestre – 4 créditos – 80 horas.

A UNIPLAC, desde 2015, desenvolve o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação PPIEAG que é uma estratégia de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores da UNIPLAC voltadas à educação ambiental. O Projeto é coordenado por uma professora do mestrado em Educação e do Mestrado em Ambiente e Saúde – Interdisciplinar e pela Pró-Reitoria de Ensino. Consiste em reuniões sistemáticas com os coordenadores dos cursos de graduação com o objetivo de garantir a ambientalização curricular dos cursos. O programa realiza formação continuada com os coordenadores para que estes articulem e potencializem as atividades educativas realizadas pelos docentes nos diversos componentes curriculares, entendendo a educação ambiental como um campo de conhecimento interdisciplinar. O programa está vinculado ao grupo de pesquisa certificado pela Instituição: Ambiente, Educação e Saúde – GEPES

AMBIENS que objetiva investigar as relações do ser humano com o ambiente, tendo como espaço de mediação interdisciplinar a educação ambiental, considerando as políticas públicas e a gestão ambiental como estratégias de ambientalização das instituições e de desenvolvimento territorial sustentável em áreas de abrangência do Aquífero Guarani/ Serra Geral. Objetiva ainda, discutir teorias do conhecimento para a formação humana no âmbito teórico metodológico no ensino superior.

Esse Programa apresenta aspectos inéditos por discutir temas inovadores e possibilitar a discussão sobre ambientalização curricular de forma articulada à Educação para a Inteiraça. De acordo com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental é preciso promover a articulação das ações educativas voltadas as atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental potencializando a função da educação para as mudanças culturais e sociais relacionadas à educação ambiental.

Outros projetos são desenvolvidos na universidade e envolvem estudantes de iniciação científica que se referem: Uso e ocupação do solo urbano; as praças públicas e qualidade de vida; Paisagem em Área de abrangência do Aquífero Guarani; Nós e os Cães: A água do futuro; compostagem de resíduos sólidos, entre outros.

A Cidade de Lages tem uma condição especial no que se refere ao Aquífero Guarani. É uma área de recarga e descarga do referido aquífero o que torna essa região muito vulnerável quanto a proteção e preservação destas águas subterrâneas.

Assim em 2008, foi consolidada a Rede Guarani Serra Geral para realizar pesquisa e extensão que contribuam com gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, buscando intensificar, atualizar e desenvolver políticas públicas de preservação dessa reserva hídrica subterrânea.

A REDE GUARANI/SERRA GERAL surgiu, assim, da proposta de reunir pesquisadores de diversas áreas, pertencentes a instituições e localidades diferentes no Estado de Santa Catarina, num trabalho comum de estudo e ação ambiental na área do aquífero. Durante os primeiros passos para a elaboração do projeto, organizou-se a REDE de pesquisadores, partindo da UNIPLAC, somando-se a UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, FUNJAB, FAPESC, FAPEU, UNOCHAPECÓ e FURB. O projeto foi, então, apresentado à Agência Nacional das Águas (ANA),. A coordenação de REDE ficou sob responsabilidade da ANA, a qual repassou ao CNPq recursos do CTHidro (Fundo Setorial dos Recursos Hídricos) que compõem uma das fontes de recursos financeiros do projeto. O projeto continua em andamento, sendo previstos recursos para continuidade do mesmo também em 2019.

Entre 2015 e 2017, foi realizada uma pesquisa em Rede com 8 Universidades: UNIPLAC, UNIVALI, UDESC, UNISUL, UNIDAVI, UNIFEBE, UNOESC E UNESC. O

projeto Ambientalização e Sustentabilidade na Educação Superior: Subsídios às Políticas Institucionais em Santa Catarina, teve como objetivo geral contribuir com as Políticas de ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior em Santa Catarina, identificando indícios, elaborando subsídios e estratégias aplicáveis ao ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental nas Instituições de Educação Superior (IES). A pesquisa será desenvolvida de forma concomitante por equipes de pesquisadores (as) de oito Instituições de Educação Superior (IES), uma pública e sete comunitárias, localizadas em cinco mesorregiões de Santa Catarina. Como objetivos específicos, pretende averiguar o estágio do processo de ambientalização e sustentabilidade de cada IES; identificar indícios de ambientalização, a partir da análise dos documentos institucionais (PDI, PPI) e curriculares (PPC e planos de ensino das disciplinas de graduação nas IES); elaborar subsídios e propor estratégias, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental, aplicáveis às IES, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental dos campi universitários; fortalecer a parceria, integração e colaboração entre pesquisadores das IES participantes em torno da consolidação de Políticas de ambientalização e sustentabilidade no âmbito das IES participantes; criar uma rede temática de ambientalização e sustentabilidade vinculada à Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul, para fortalecer a integração e colaboração com pesquisadores nacionais e da Red de Indicadores de Sostenibilidad en las Universidades (RISU), vinculada à Alianza de Redes Iberoamericanas de Universidades por la Sustentabilidad y el Ambiente (ARIUSA). A abordagem metodológica caracteriza-se pelo enfoque quanti-qualitativo com base na pesquisa-ação participante (THIOLLENT, 2008; HAGUETTE, 2003) e o uso de técnicas de análise documental e de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2008; FRANCO, 2008). Complementar à análise documental, serão aplicados questionários em formulário on-line, e realizadas entrevistas semiestruturadas (SZYMANSKI, 2002). Os resultados serão utilizados para propor estratégias de ambientalização curricular nos cursos de graduação, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental que possam contribuir para criar, implementar, avaliar ou aperfeiçoar Políticas de ambientalização e sustentabilidade nas IES. A avaliação e socialização dos resultados dar-se-á por meio da realização de três workshops e um Seminário final. Também será organizada uma publicação no formato de livro, e a produção de artigos para apresentação em eventos acadêmicos e publicação em periódicos nacionais. Como produtos deste projeto foi publicado um livro com parte dos resultados de cada uma das universidades participantes e também um Guia para contribuir com os coordenadores dos cursos de graduação das universidades participantes.

Em 2017 a Universidade desenvolveu estudo para elaboração e oferta de disciplinas

institucionais. Foram aprovadas pelo CONSUNI e incorporadas as estruturas curriculares de todos os cursos 5 disciplinas. Uma delas é a disciplina: Ambiente e desenvolvimento Sustentável com a seguinte ementa: Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS. Esta disciplina pretende contribuir para que todos os estudantes da universidade tenham a oportunidade de discutir a respeito de seus compromissos e responsabilidades e modo de ser e estar no planeta.

Cabe ressaltar que a UNIPLAC tem forte compromisso com as questões ambientais, sendo que um dos Programas de Mestrado é em Ambiente e Saúde que articula as temáticas do cuidado do ambiente bem como promove eventos e executa projetos importantes como alguns acima citados.

4.9.2.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena”, a UNIPLAC emitiu a Resolução n. 114, 1º de novembro de 2013, que determina a abordagem da Educação para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, em todos os cursos de graduação.

O curso de Matemática incluiu a temática através da disciplina de Políticas Públicas na Educação Básica - 2º semestre - 2 créditos - 40 h e Cultura, Diferença e Cidadania - 2º semestre - 4 créditos - 80 h.

3.7.3.3 Direitos Humanos

Para atender o que dispõe o Parecer CNE/CP n. 8 de 06 de março de 2012, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a UNIPLAC instituiu a Resolução n. 127, de maio de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

O curso de Matemática incluiu a temática através da disciplina de Políticas Públicas na Educação Básica - 2 semestre - 2 créditos - 40 h e Cultura, Diferença e Cidadania - 2 semestre - 4 créditos - 80 h.

3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A UNIPLAC há bom tempo vem se dedicando às questões relacionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Nessa direção, desde 2012 constituiu a sua Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade (CIA), pela Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, modificada de tempos em tempos para proceder alterações de componentes, mantendo sempre a mesma linha de finalidades e objetivos.

Entre as finalidades está a de acompanhar e propor medidas à Universidade, que visem a garantir os requisitos de acessibilidade aos acadêmicos com deficiência. Sempre bom lembrar que o trabalho da Comissão tem sido desde sempre voluntário e não remunerado.

Uma dessas medidas, em 29/08/2013 foi a criação do Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Aluno da UNIPLAC (PAAP), cuja regulamentação interna foi aprovada em 23/04/2015. Em 29/03/2016, através do Ato Normativo n. 007/16 foram suspensas as atividades do PAAP e na reunião do CONSUNI em 04 de abril de 2016, o CONSUNI aprovou o retorno imediato do Programa.

Em 07 de abril de 2016 o PAAP foi definitivamente aprovado (Resolução n. 213). Ainda em junho deste ano, através da Resolução n. 219, o Programa foi revigorado, para oferecer atendimento aos alunos dos diversos cursos da universidade, visando a oportunizar formação qualificada e adequada às suas necessidades educacionais.

Ainda por influência direta da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade enfim aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, através da Resolução CONSUNI n. 235, de 11 de agosto de 2016, para dar cumprimento à legislação vigente. É dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, com transtornos globais no desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Art. 1º, § 3º). No art. 2º está afixado que “aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos globais no desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Art. 2º, § 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as

necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade”.

No presente momento, a Universidade não tem alunos autodeclarados como portadores de Transtorno do Espectro Autista, mas independentemente de tal situação, a Instituição, para atender à Lei n. 12.764, de 27/12/2012, ao Decreto n. 8.368, de 02/12/2014 e à Nota Técnica n. 24/2013/MEC/DECADI/DPEEN, dispõe de profissionais especializados neste atendimento e ainda desenvolve no seu Curso de Psicologia projeto de Extensão e Grupo de Estudos e Reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista, em que atende às comunidades interna e externa, com o objetivo de desmistificar alguns conceitos e atualizar os conhecimentos científicos e práticos de professores e de todos os profissionais interessados no atendimento com qualidade às pessoas com TEA/TGD.

Há profissionais credenciados pela UNIPLAC para este tipo de demanda, indicada para representar as Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento na CIA.

4.10 METODOLOGIA

A proposta curricular do Curso de Matemática está embasada na Resolução CNE/CP 2, de 20 de dezembro de 2019, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. Conforme esse documento, a carga horária será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas e o Curso de Matemática da Uniplac apresenta um total de 3.520 (três mil, quinhentos e vinte) horas, nas quais a articulação teoria e prática garantida, nos termos dos seus Projetos Pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

O curso de Matemática totaliza 888 horas com disciplinas para a formação da educação básica.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

A carga horária no Curso de Matemática contempla 2080 horas de formação profissional específica.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição.

Além das 400 horas que são ofertadas no Curso de Matemática, de Estágio Curricular Obrigatório, as práticas pedagógicas estão inseridas através de atividades de pesquisa e extensão, monitoria, estágio não obrigatório.

As quatrocentas horas de prática como componente curricular, vivenciados ao longo do curso constituem um espaço significativo para propiciar a articulação teoria e prática, dando ao educando a oportunidade de refletir os problemas mais imediatos e evidentes nas escolas de educação básica e outros espaços educativos.

As atividades definidas como complementares, são regulamentadas e executadas em 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes conforme o núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular (Atividades Complementares).

Cabe ao licenciado integralizar 200 horas durante o período de realização do curso.

Para os alunos que exerçam atividades docentes regulares na Educação Básica pode acontecer a redução de carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas. A carga horária obedece aos 200 (duzentos) dias letivos/ano, dispostos na LDB.

A organização curricular do Curso de Matemática é disciplinar, com a perspectiva de eixo articulador a partir do 1º semestre, tendo o “mapa conceitual” como estratégia para organizar os conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina, iniciando o processo de garantia da autonomia do discente.

A partir do 6º semestre a articulação acontece por meio do planejamento, acompanhamento da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica sustentando a Prática como Componente Curricular como fundamento e a pesquisa como princípio, no sentido de estimular a ação discente na relação teórico-prática com objetivo de qualificar a formação de um profissional “professor” para a Educação Básica, atuando de forma inovadora e apto a fazer uso de recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas, dentro e fora do universo escolar.

4.11 ESTÁGIO CURRICULAR

4.11.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório é um processo interdisciplinar, obrigatório, avaliativo, compreendido como um espaço de reflexão e intervenção na realidade, devendo ser capaz de articular teoria/prática e ensino/pesquisa/extensão. Desenvolvido a partir do 5º até o 8º semestre, sob a orientação de um professor que desenvolve aulas presenciais, assim como acompanha as atividades práticas nos campos de estágio.

O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Matemática atende ao que determina a Resolução CNE/CES 03, de 18/02/2003, Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, Resolução CONSUNI n. 232, de 08/08/2016 e Regulamento de Estágio do Curso aprovado pelo CONSUNI Parecer n. 013, de 02/05/2017 e Resolução n. 265, de 08/05/2017 e atualizado para nova estrutura curricular, em trâmite, vem desenvolvendo o Estágio com 400 horas em 20 créditos.

O Estágio ocorre, conforme convênio, nas escolas públicas municipais e estaduais da região da Serra Catarinense, atendendo ao perfil profissional com vistas abrangente do seu papel social de educador, relacionando-se no coletivo como cidadão, profissional e ser ético.

Segundo as Diretrizes Curriculares do Curso de Matemática (2003), o estágio é essencial nos cursos de formação de professores, pois possibilita desenvolver uma sequência de ações onde o aluno vai se tornando responsável por tarefas de ordem de complexidade, tomando ciência dos processos formadores.

Neste sentido, a cada semestre do curso o aluno deverá atender o cumprimento dos seguintes conteúdos da disciplina de Estágio:

- 5º Semestre: Reconhecimento das unidades escolares e elaboração de um pré-projeto de intervenção.
- 6º Semestre: Intervenção através do Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental.
- 7º Semestre: Intervenção através do Estágio Supervisionado no Ensino Médio.
- 8º Semestre: Devolução no campo de estágio e elaboração e apresentação do relatório final.

Durante o desenvolvimento das etapas citadas, cada aluno deve adquirir um referencial teórico através da busca de informações nas bibliografias relacionadas ao tema escolhido para o estágio. Essas atividades são sempre acompanhadas e orientadas por um professor aprovado pelo colegiado do curso.

No Estágio Curricular Obrigatório do curso de Matemática, o aluno adquire e articula um conjunto de habilidades e competências que possibilitam o aprofundamento dos conteúdos adquiridos durante o curso e sua formação profissional.

O processo de estágio contempla 30% da carga horária em sala de aula e 70% da carga

horária da disciplina do curso, no campo de estágio e será desenvolvido em 4 (quatro) etapas:

– No 5º semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (conselhos de classe, reuniões pedagógicas, rotinas da secretaria), num total de 80 h, onde definirá o objeto de investigação, elaborará o pré-projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador.

– No 6º semestre, num total de 120 h, será desenvolvido o exercício de intervenção de docência nos anos finais do Ensino Fundamental, distribuída entre cada equipe de estágio.

Essas 120 h estarão distribuídas da seguinte forma:

a) Observação de aulas em cada ano do Ensino Fundamental.

b) Preparação para a intervenção junto com o professor da disciplina e supervisor do campo de estágio.

c) Efetiva intervenção ministrando aulas, aplicando avaliação e verificando a aprendizagem.

– No 7º semestre, num total de 120 h, será realizada a observação em sala de aula, bem como, o desenvolvimento do exercício de intervenção de docência no Ensino Médio, distribuídas conforme item anterior.

– O 8º semestre será o período privilegiado para conclusão do processo de estágio que deverá resultar em um relatório final e na preparação para sua devolução ao Campo de Estágio, com duração de 80 h e apresentação na disciplina de Seminário em Educação Matemática, com embasamento teórico relacionado ao objeto de trabalho.

4.11.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica

O Estágio Curricular Obrigatório está institucionalizado e promove a vivência da realidade de forma integral envolvendo o acadêmico na rotina da escola onde atuará.

Tem como objetivo geral, articular a formação acadêmica com o exercício profissional, por meio da efetiva participação do aluno em situações reais de trabalho.

Para a realização do Estágio, existe o termo de Convênio de Cooperação Técnica n. 2017 TN 0461, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, que tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura da UNIPLAC, com base na Lei Federal n. 11.788, de 25/09/2008, bem como na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de de-

zembro de 2019 , que estabelecem as diretrizes e regulamentam os Cursos de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior e, a Portaria n. 05, de 17/04/2008, da Secretaria de Estado da Educação (SED), que estabelece as Diretrizes para a realização da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado da Formação de Professores nas Escolas de Educação Básica da Rede Pública Estadual.

O referido convênio caracteriza o Estágio Curricular Obrigatório e Supervisionado e define competências para a Secretaria de Estado da Educação, através da Gerência Regional de Educação (CRE) e para a UNIPLAC, instituição de ensino formadora dos novos profissionais da educação.

O estágio realizado no âmbito das Unidades Escolares conta com o acompanhamento sistemático e presencial do Coordenador do Curso e dos professores responsáveis pela disciplina de Estágio Curricular Obrigatório na IES; e, na CRE, pela Supervisão de Políticas e Planejamento Educacional; na Unidade Concedente de Estágio, pelo Responsável Pedagógico/Administrativo e pelo Professor Regente, habilitado na área de formação do acadêmico.

Durante o período de observação o discente participa das reuniões pedagógicas, conselhos de classe, tem contato com a parte burocrática da escola, via secretaria, estuda o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, visita a biblioteca, laboratórios, espaços de lazer e atividades físicas.

No período de intervenção o discente é acompanhado supervisor de sala de aula e pelo orientador da IES nas atividades práticas em sala de aula, promovendo junto com o aluno atividades inovadoras, procurando tornar a matemática mais atraente e de fácil entendimento.

No final de cada etapa de estágio são promovidos seminários de apresentação de trabalhos desenvolvidos durante a realização de Prática de Ensino e de Estágio Curricular Obrigatório, para disponibilizar em capacitações, proporcionando a integração da UNIPLAC com a Unidade Concedente de Estágio, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Ao finalizar as atividades, os Professores Regentes e o Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio, que acompanharam o acadêmico em processo de realização de Prática e Ensino e de Estágio Curricular Obrigatório, recebem certificados de formação em serviço, expedidos pela UNIPLAC.

4.11.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática

O Estágio Curricular Obrigatório visa fortalecer a relação teoria e prática no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica utilizar

conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

A relação teoria e prática é experiência bastante complexa na formação de professores, sobretudo porque suas manifestações estabelecem vínculos tanto no espaço de formação inicial, a universidade, como no espaço de trabalho, a escola campo, onde os alunos realizam o estágio.

Uma das compreensões do estágio como elemento articulador da relação teoria e prática é testemunhada pelos universitários como uma relação que, apesar dos elementos serem construídos, separadamente, em lugares específicos, é possível relacioná-los em um momento, sobretudo no momento da prática. Também, percebem tal relação como algo indissociável, que é impossível perceber uma demarcação definida do que é a prática e do que é a teoria.

A percepção de que a relação teoria e prática não é uma realidade linear, é apresentada pelos alunos quando eles percebem que, na prática de estágio, vivenciada, automaticamente, acessam teorias, conhecimentos construídos em outras etapas do curso.

O Estágio Curricular Obrigatório é o primeiro contato que o aluno, futuro professor tem com seu campo de atuação, articulando o currículo do curso e aspectos práticos da educação básica através do planejamento das atividades que serão desenvolvidas durante as intervenções práticas, quando deverá planejar, executar, analisar de forma criteriosa o que foi proposto e avaliar os alunos-alvo de seu objetivo. O orientador da IES estimula para os discentes planejem suas aulas de formas inovadoras procurando relacionar a teoria com exemplos práticos do cotidiano dos alunos.

Assim, por meio da observação, da participação e da regência, o licenciado poderá refletir e vislumbrar futuras ações pedagógicas.

Ao estagiar, o futuro professor encara a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos demais profissionais que compõem o quadro educativo.

O Estágio das Licenciaturas é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, sendo necessário à formação profissional, a fim de adequá-la às expectativas do mercado de trabalho onde o licenciado atuará. Desta forma, o estágio dá oportunidade de aliar a teoria à prática.

4.11.4 Estágio Curricular Não-obrigatório

O Estágio Curricular Não-obrigatório na UNIPLAC constitui-se em atividade complementar à formação do acadêmico, contemplando o que preconiza a legislação vigente, podendo ser acrescido à carga horária regular obrigatória, como atividade complementar, não sendo requisito para a obtenção de diploma, mas devendo estar vinculado ao currículo, atendendo às especificidades de cada área de atuação do curso.

Atende ao disposto na Lei n. 9.394/96, na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Regimento Geral da UNIPLAC e Resolução n. 231, de 08/08/2016, que dispõem a carga horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas.

É realizado por escolha do aluno, com relação à carga horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas.

Os critérios e condições deste Estágio estão definidos no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta n. 81/2008.

De acordo com o art. 2º da referida lei, estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

O Estágio Curricular Não-Obrigatório no Curso de Matemática foi atualizado e aprovado pelo NDE e pelo Colegiado do Curso.

4.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares do Curso de Matemática estão institucionalizadas de acordo com o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, que instituí 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais entre o 1º e o 8º semestre, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura em Matemática Resolução CNE/CES 03/2003, e ainda pelo Parecer do CONSUNI n. 017/2016 e atualizado de acordo com a nova estrutura curricular, que normatizam internamente estas atividades.

Esta é uma carga horária específica para outras formas de aprendizado, além da sala de aula, das disciplinas e Estágios Curriculares Obrigatórios. Isso possibilita ao aluno ampliar

sua formação com base no seu interesse pessoal, o que será possível através do aproveitamento para fins de integralização curricular, de atividades de monitoria, como bolsista de iniciação científica, participação em congressos, eventos científicos da área, participação em projetos de pesquisa, mini-cursos e estágios não-obrigatórios, durante o curso, a critério e homologação por parte do colegiado de curso.

As questões sobre a comprovação da participação, validação da carga horária, documentação específica (certificados com registro), entre outras, das atividades complementares, constam do regulamento elaborado pelo colegiado de curso.

Quadro de Atividades Complementares do Curso de Matemática

Atividade	Valor em Horas
Pesquisa	Até 200 horas certificadas pela Uniplac. Até 50 horas certificadas por outra Instituição de Ensino Superior
Extensão	Até 200 horas certificadas pela Uniplac. Até 50 horas certificadas por outra Instituição de Ensino Superior
Monitoria	Até 50 horas
Estágio Curricular Não-Obrigatório	50% da carga horária de estágio
Eventos Científicos	100% da carga horária certificada ou declarada pela Uniplac ou outras Instituições de Ensino
Disciplina que não faça parte da estrutura curricular do Curso	Até 50 horas
Programas de PIBID, Residência Pedagógica e outros programas de incentivo à docência	Até 100 horas

4.13 TRABALHO DE CURSO (TC)

Para o Curso de Matemática o Trabalho de Curso é opcional, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais Resolução n. 02 de 08/03/2004 do CNE/CES – MEC, Art. 2º “A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como trabalho de conclusão de curso – TCC, componente opcional da instituição, ...”. Sendo assim o Curso de Matemática da UNIPLAC optou por não realizar Trabalho de Curso, e sim, ao final do 8º semestre, o acadêmico elaborará um relatório do estágio realizado no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e apresentará na disciplina de Seminário em Educação Matemática.

4.14 APOIO AOS DISCENTES

O atendimento e o apoio ao aluno são prioridades do curso. Acontece de forma particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que está sempre à disposição, quando necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os alunos nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estão às ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em projetos de pesquisa e extensão. O curso mobiliza seus alunos para a participação maior possível em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio campus universitário.

O trabalho de apoio ao aluno acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e a toda gama de serviços disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de semestre, quando a Pró-reitoria de Ensino e toda a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão participam de encontros com os alunos.

Para atualizar os alunos, no que tange as questões acadêmicas, o site da UNIPLAC disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o aluno oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa.

Há evidentemente todo o apoio do aluno pelos professores do curso. É feito através dos registros acadêmicos, de forma eletrônica, que permite o acesso a qualquer informação em tempo real, de forma ampliada, incluindo desempenhos como diários de classe e desempenho em avaliações.

A instituição como um todo dispõe, ainda, de dois setores fundamentais no atendimento e no apoio ao aluno. São eles a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do aluno, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, e o Serviço de Atendimento ao Estudante atualmente é oferecido pelo Apoio Comunitário e tem como objetivo a atenção aos alunos através dos diversos programas de bolsas de estudos que a UNIPLAC disponibiliza.

Como suporte do atendimento ao estudante apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade

apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-Reitoria de Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Apoio Pedagógico (SEAPE), que possui o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP).

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas dos cursos.

O quadro abaixo apresenta a relação do corpo técnico administrativo que realiza o acompanhamento ao curso.

Função	Titulação	Carga Horária
PROENS	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo - SEAPE	Especialista	20 horas
Registro Acadêmico Apoio	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Graduado	40 horas
Registro de Controle Docente/RH	Especialista	40 horas
Coordenação de Graduação	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo – Coord.Graduação	Especialista	40 horas
Coordenação de Curso	Especialista	10 horas

4.14.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) para o aluno da UNIPLAC surge na perspectiva de promover o bem-estar do aluno desta universidade, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social. Visa ainda desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vem fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses alunos.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmos vindos do ensino médio sem os subsídios necessários especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática o que gera a necessidade de

apoio e acompanhamento.

O PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação e informações entre docentes e discentes.

Dá-se também suporte ao ingresso de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, aos quais é preciso garantir a acolhida e acompanhamento possibilitando-lhes não somente o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Assim os serviços de apoio vem somar à comissão de acessibilidade com o trabalho de Libras e Braille e dentro das especificidades que cada demanda requer.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em alunos e/ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicologia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, serão abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos alunos e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente para a qualidade do ensinar e aprender, a UNIPLAC vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atuará efetivamente com o aluno no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

O PAAP teve origem na Pró-Reitoria de Ensino e na Avaliação Institucional da UNIPLAC e encontra-se já atuando em algumas frentes, enquanto em outras, está se construindo.

Considerando a relevância desse programa está-se investindo em sua ampliação para que se garanta um trabalho de excelência na educação superior em nossa região.

4.14.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/00 e 10.098/00, do Decreto n. 5.296/04 e da Portaria n. 3.284/03, a UNIPLAC dispõe em seu Requerimento de Matrícula, de um campo próprio denominado “Autodeclaração de Necessidades Educacionais Especiais”, em que o aluno declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, entre outras) e, acompanhando o instrumento, há a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados conforme legislação vigente.

A Instituição conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA), constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação na UNIPLAC.

4.15 GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do Curso de Matemática é realizada com base nos resultados das avaliações externas e internas da IES. Em cumprimento a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, o Setor foi regulamentado pela Resolução nº 051, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da Universidade, que tem como objetivo assegurar o processo de Avaliação Institucional da Universidade, dos cursos de graduação e sequenciais, de pós-graduação “lato e stricto sensu”, do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996.

Para garantir a autoavaliação da IES, foi constituído no âmbito de instituição, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme art.11, inciso II da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação, sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas às diretrizes deste. Entre elas, encontra-se a responsabilidade da CPA fazer a prestação de informações ao Sinaes, respondendo civil, penal e administrativamente por informações falsas, ou distorção de dados a serem fornecidos ao Sinaes, conforme art. 12 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, do Conaes.

Atendendo ao disposto, o Setor de Avaliação Institucional, tendo a coordenação da Comissão Própria de Avaliação como aporte, convoca mensalmente a CPA para analisar e deliberar sobre os processos desenvolvidos por esse Setor. A CPA da Uniplac por sua vez,

acompanha o trabalho desenvolvido pelo Setor que encaminha os resultados das Avaliações Internas aos colegiados de curso, seu Núcleo Docente Estruturante – NDE e coordenador, no sentido de contribuir nas ações acadêmicas–administrativo fruto das autoavaliações e também das avaliações externas (quando estas existam), no âmbito do curso, no intuito de analisar se as tomadas de decisões previstas e implantadas, estão sendo produtivas para que o perfil profissional se concretize.

Para melhor relacionar-se com a comunidade acadêmica o Setor de Avaliação Institucional pela via da CPA divulga, via página específica no site da IES (<http://www.uniplac.net/ava/>), apresentando todas as informações necessárias com vistas ao acompanhamento das avaliações e ações provindas destas. Apresenta ainda, *banners* de divulgação, participa no início de cada semestre das capacitações dos professores e coordenadores, divulgando e sensibilizando a todos sobre a importância da Avaliação Institucional.

Com a parceria da CPA, o setor de Avaliação Institucional desenvolve ainda oficinas para demonstrar o significado do Conceito de Curso – CC; Conceito preliminar de Curso – CPC; Índice Geral de Curso – IGC; Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade e como esses índices podem servir de ferramenta de gestão pedagógica e/ou administrativa. Desenvolve também, um projeto de preparação dos discentes na perspectiva da construção do conhecimento com formato de avaliações operatórias, reportando-se para o modelo utilizado pelo Enade. Assim, prepara e acompanha os docentes e discentes para as avaliações dos processos de ensino aprendizagem, bem como para o Enade.

Discute e acompanha as ações que estão sendo realizadas em função das Autoavaliações, dá suporte às avaliações externas quando in loco, dando apoio aos colegiados de curso, fazendo com que os resultados das Avaliações Internas sirvam de ferramenta de gestão, evidenciando e buscando sempre a excelência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na IES.

Com base nos insumos das avaliações, apresentamos as principais ações realizadas no plano de gestão em consonância com a CPA:

- Construção dos relatórios e apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na página da CPA e Uniplac, Relatórios enviados às Coordenações e selo da CPA;
- Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas e do Enade, na página da CPA (<http://www.uniplac.net/ava/>) e da Uniplac (<http://www.uniplac.net>);
- Reuniões com o NDE e o Colegiado docente e discente.
- Oficinas para melhorar o desempenho dos discentes na aprendizagem.

- Ações entre o Corpo Docente e Discente para o conhecimento dos resultados das Avaliações Internas e Avaliações Externas do curso e da IES;
- Implementação das ações solicitados pela Comunidade Acadêmica via Autoavaliação;
- Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa do Curso e da IES;
- Articulação do Projeto de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico para os estudantes em virtude das observações e acompanhamentos;
- Visitas às salas de aula para conscientizar os alunos sobre a importância da sua participação na Avaliação Interna, o que é a CPA e o setor de Avaliação Institucional;
- Participação na consolidação e capacitação da comunidade acadêmica do novo processo de avaliação de aprendizagem;
- Assessoria e apoio nos processos avaliação da IES em sistemas de gestão universitária.

O processo avaliativo da Uniplac segue o preconizado pelo Sinaes, adotando instrumentos, procedimentos e orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Assim, trabalha com o entendimento de que “Conceito Preliminar de Curso – CPC” é um indicador de qualidade que pretende instruir o processo de Reconhecimento ou de Renovação de Reconhecimento do Curso. Os indicadores de qualidade definem os conceitos dos cursos demonstrando se a consolidação do processo avaliativo atende ou não aos critérios de qualidade esperados pelo órgão regulador Inep, atendendo a esses critérios, os cursos são reconhecidos ou renovados até o próximo ciclo avaliativo.

Quanto avaliação interna, a gestão do curso de Matemática é realizada considerando-se a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

4.16 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

No curso de Matemática, os procedimentos de avaliação, além dos exigidos institucionalmente acontecem também com a observância ao previsto na Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

O curso de Matemática teve a autorização para abertura do curso no Decreto n .66.849. de 02/07/1970, do MEC e o seu reconhecimento no Parecer n. 1.207/1977, Decreto

n. 79.943, de 13/07/1977, do MEC. A última Renovação de Reconhecimento se deu pelo Decreto n. 198, de 29/04/2011, do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 004, de 15/03/2011 e Parecer n. 025, de 15/03/2011, do CEE/SC. Em outubro de 2018. O curso passou pela avaliação do MEC e obteve nota 4,0 (quatro) de um total de 5,0 (cinco).

As ações decorrentes da avaliação do MEC são as seguintes:

- Apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na Página da CPA e UNIPLAC, *Banners* nos locais mais visíveis da IES, Relatórios enviados a Coordenação e Selo da CPA;
- Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas (ENADE), na página da CPA e da UNIPLAC;
- Reuniões com o NDE e o Colegiado docente e discente, para conscientização da necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso do curso;
- Oficinas com aulas de interpretação de texto, matemática e atualidades;
- Diálogo com Corpo Docente e Discente com cruzamento dos dados de interpretações das Avaliações Internas e Avaliações Externas do curso;
- Implementação dos Laboratórios solicitados pela Comunidade Acadêmica via Autoavaliação;
- Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa do Curso;
- Implantação do Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico Psicopedagógico (PAAP) para os estudantes, com dificuldades de aprendizagem e para as pessoas com deficiência.
- Aquisição de novos referenciais bibliográficos com títulos específicos para as práticas que envolvem o curso.
- Capacitação de docentes. No início de cada semestre são oferecidas capacitações docentes com temas diversos, assim como, sempre que necessário a coordenação solicita capacitação específica para o colegiado do curso.

4.17 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC

No processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, a prática de ações permanentes são referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

Nesse sentido, o Curso de Matemática possibilita a participação dos acadêmicos em

todas as instâncias e níveis de decisão, constituindo instrumento essencial para o aprimoramento da capacidade institucional de enfrentar desafios e construir o novo.

Está prevista a participação de representantes discentes nas reuniões de colegiado e reestruturações de PPC e a qualquer momento, por iniciativa dos estudantes, é possível incluir nas pautas das reuniões, itens relativos ao processo de avaliação do curso.

Neste sentido, os professores integrantes do processo formativo encontram-se comprometidos na mobilização dos discentes para a participação em processos de discussão e avaliação.

4.18 ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria tratam do aspecto logístico de suporte ao aluno, atendendo às demandas didático-pedagógicas das disciplinas em EaD. O mesmo é composto por dois papéis:

– **Professor-tutor:** tem a função de atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular. O tutor compreende o processo de mediação pedagógica junto aos discentes. Do mesmo modo, acompanha os encontros presenciais (quando ocorrem) bem como realiza a interação com os alunos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atuando como facilitador e orientador do processo pedagógico. Além dos encontros presenciais pré-definidos, o professor-tutor encontra-se disponível para o atendimento ao aluno, semanalmente, das 18h00 às 22h00, no setor de EaD da universidade. Para tanto, o professor-tutor possui o domínio do conteúdo, recursos e mídias a serem trabalhados. A devolutiva aos alunos ocorre no prazo máximo de 24hs (em dias úteis), por meio das ferramentas de comunicação do AVA.

– **Técnico:** esse profissional, que atua como técnico administrativo de nível superior, tem como função participar do acompanhamento docente e discente, oferecendo o suporte técnico necessário na EaD. Sendo assim, acompanha o andamento das atividades dos acadêmicos, auxilia também na promoção das avaliações institucionais internas dos docentes e discentes, além de participar de reuniões semanais entre professores-tutores, *designer* instrucional e apoio pedagógico. O suporte técnico está disponível para atendimento aos alunos semanalmente das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 22h00, no setor de EaD da universidade.

A equipe pedagógica da EaD e o *designer* instrucional realizam acompanhamento semanal com os tutores, recebendo e repassando feedbacks, analisando o desempenho dos alunos e da

disciplina em relação às ferramentas didáticas utilizadas, bem como ao orientar a realização de melhorias no acompanhamento e atendimento ao aluno, gerando ações retificadoras, quando necessário, e planejando atividades futuras. Além disso, os discentes, participam, semestralmente, do processo de Avaliação Institucional Interna, promovido pela CPA, com resultados encaminhados aos devidos setores para ações de melhoria.

4.19 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A equipe de tutoria é composta por profissionais com formação superior, capacitados para atuar com as tecnologias disponíveis na Instituição, entre eles o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Possuem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuar como professor-tutor, alinhados com o PPC. Esta equipe participa semanalmente de reuniões avaliativas com profissionais com formação pedagógica com o objetivo de aperfeiçoamento, além de receberem capacitação sempre que são levantadas demandas. Normalmente, essas demandas são oriundas dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões estratégicas do setor.

4.20 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

A UNIPLAC propõe um modelo denominado “UNIPLAC em Rede”, para suas disciplinas na modalidade a distância, o mesmo é composto de quatro elementos chaves que buscam garantir a qualidade da oferta de cursos na modalidade EaD. São eles: (a) Sistema Didático; (b) Sistema de Comunicação; (c) Sistema Tutorial e (d) Sistema de Avaliação.



No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela Uniplac é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos alunos com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de voz, utilizando também os recursos de acessibilidade nativos do Moodle. Além do Moodle, buscando qualificar a comunicação e o trabalho de sua comunidade interna, a Uniplac fez a parceria com o Google para o projeto de implantação do Google for Education, desde 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, mas sob a gestão da Uniplac. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover um ambiente seguro para que o aluno e o professor possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma Google for Education, compartilhando documentos com todos e interagindo em uma sala de aula virtual, integrados ao Moodle, sempre que necessário.

4.21 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela Uniplac é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos alunos com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de

voz, utilizando também os recursos de acessibilidade nativos do Moodle. Além do Moodle, buscando qualificar a comunicação e o trabalho de sua comunidade interna, a Uniplac fez a parceria com o Google para o projeto de implantação do Google for Education, desde 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, mas sob a gestão da Uniplac. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover um ambiente seguro para que o aluno e o professor possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma Google for Education, compartilhando documentos com todos e interagindo em uma sala de aula virtual, integrados ao Moodle, sempre que necessário.

4.22 MATERIAL DIDÁTICO

Na Universidade é priorizada uma aprendizagem contextualizada, pois vai além do material didático e busca o desenvolvimento do processo global de ensino e aprendizagem do aluno. Esse sistema é apresentado para o apoio pedagógico e orientação ao estudo do aluno, sendo composto pelo manual de orientação do aluno, caderno de estudos (caso necessário), objetos de aprendizagem, atividades *on-line* e presenciais (quando programadas), bem como todo conteúdo didático previsto no Projeto do Curso. A produção desses materiais deve primar pela linguagem dialógica, isto é, todas as partes do texto a serem apresentadas aos alunos precisam ser articuladas. Para que o material seja desenvolvido pelo professor-autor, são realizadas reuniões com foco em orientação para a elaboração de material didático e cumprimento de prazos.

As disciplinas institucionais da Universidade, oferecidas na modalidade à distância, passam pelo processo de planejamento e criação com o acompanhamento de uma equipe de *Design Instrucional* (DI). Entende-se material instrucional como tudo o que se refere às ferramentas que dão suporte pedagógico para a EaD, tais como: cadernos de estudos digitais, e-books, videoaulas, infográficos, vídeos, hiperlinks, áudios, manuais de orientação do aluno, atividades *on-line* e presenciais (quando necessário), plano de ensino, recursos de acessibilidade, dentre outros recursos didáticos previstos no projeto do curso. O sistema didático também prevê a oferta de iniciação do discente a esta modalidade, através de uma capacitação do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além do ensino de boas práticas para o aproveitamento de um curso à distância. Além disso, o material instrucional é a mídia-base para o desenvolvimento do conhecimento na área abordada e será elaborado a partir de orientações repassadas pela equipe de *Design Instrucional* (DI), o qual serve de guia

para o professor-autor.

A equipe de DI é composta por um grupo multidisciplinar formado por professores e técnicos e tem como responsabilidade principal dar os encaminhamentos necessários e acompanhar a elaboração dos materiais instrucionais. Na relação de atribuição da equipe consta:

- fazer contato com os professores autores;
- orientar os professores autores em relação à estrutura padrão dos materiais;
- definir prazos de entrega dos materiais e atuar como facilitador para que esses prazos sejam cumpridos;
- acompanhar o desenvolvimento dos materiais, dando as orientações e o suporte necessários aos professores autores;
- fazer as revisões do material ou encaminhar a revisores externos, se necessário;
- acompanhar as revisões e as ampliações dos materiais;
- solicitar ao gestor do setor de EaD o encaminhamento do contrato de prestação de serviço dos professores-autores à Fundação Uniplac;
- garantir o rigor científico e a escrita dentro das normas cultas da língua portuguesa;
- assegurar que não seja cometido nenhum tipo de apropriação indevida de conteúdos (plágios);
- mediar a interação do professor-tutor com o material instrucional.

O professor autor é o responsável pelo desenvolvimento do material instrucional do curso e será contratado mediante demanda de trabalho. Esse profissional deve conhecer as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de DI para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho da disciplina de forma a contemplar todas as potencialidades. Portanto, é de sua responsabilidade:

- produzir os conteúdos e atuar na estruturação dos objetos de aprendizagem;
- elaborar os mapas de atividade e o plano de ensino, baseados nas ementas das disciplinas;
- propor as atividades avaliativas *on-line* e oferecer diretrizes para as correções das mesmas através de rubrica de avaliação.

4.23 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD)

Parte-se do pressuposto de que a Avaliação na EaD deve se caracterizar como um processo contínuo e formativo, em que o Professor-Tutor possa, através dos diferentes

recursos de comunicação, acompanhar a aprendizagem do estudante, considerando que um dos principais objetos da EaD é o desenvolvimento de sujeitos autônomos. No processo da avaliação da Educação a Distância, é importante o Professor-Tutor considerar o que pontua Kenski, sobre esta etapa pedagógica.

A educação “presencial” é determinada pela as de aula e todos os recursos físicos, humanos e tecnológicos restritos à área física em que ela se situa. A EaD, ao contrário, se apresenta em um não-lugar, um espaço virtual indeterminado. [...] Ao vivenciarmos a EaD, descobrimos que se trata de uma nova cultura (Kenski, 2010, p. 59).

Para tanto, considera-se a avaliação formativa como possibilidade de aprendizagem para o aluno e para o Professor-Tutor, cria condições para o acompanhamento desta aprendizagem. As avaliações de aprendizagem seguem o disposto no §2º, do art. 4º, do Decreto n.5622/2005, sendo que as avaliações presenciais prevalecem sobre as avaliações *on-line*. A avaliação para os cursos EaD, segue o regulamento institucional dado pela Resolução n. 131, de 08 de julho de 2014, aprovada pelo Conselho Universitário, que afirma:

“Art.5º A Avaliação da Aprendizagem deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluem a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como:

I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem.

II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente.

III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores.

§1º. Para efeito operacional desta resolução, a verificação de conhecimentos, habilidades e atitudes, deverá ser registrada de forma parcial e final através de conceito numérico.

§2º. Para que o processo avaliativo atinja a plenitude de suas finalidades, deve ser contínuo, cumulativo e somatório, com prevalência da verificação de aspectos qualitativos, mais do que quantitativos, de caráter integrativo e numa perspectiva operatória.”

[...]

“Art.9º A avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação da UNIPLAC será realizada, ao longo do semestre, sendo obrigatória, no mínimo:

I – 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica.

II – 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e

individual.”

Desta forma, as avaliações, tanto *on-line* quanto presenciais, são realizadas na perspectiva operatória e individual.

Sobre as avaliações *on-line*, tratam-se de atividades de apropriação do conteúdo. Essa atividade deve estar inserida no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Essas atividades devem possuir uma data pré-estabelecida para conclusão, sendo que o sistema fecha, automaticamente, após este período. Os prazos para a realização das atividades serão definidos conforme cronograma da disciplina, que é disponibilizada no AVA de cada disciplina. As atividades *on-line* serão desenvolvidas a partir do início das atividades da disciplina, e a Avaliação Presencial ocorrerá ao final de cada semestre. Essa avaliação deve prevalecer sobre quaisquer outras formas de avaliação, conforme preconiza o Decreto n. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Por ser este um processo cumulativo, o aluno que não atingir a nota mínima conforme os regimentos institucionais, estará reprovado, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina. O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares, sendo assim a metodologia de avaliação de aprendizagem, segue o que estes instrumentos preconizam e foram normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n.131, de 08 de Julho de 2014, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em Setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento, define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação de ensino e da aprendizagem será composta por no mínimo 02 (duas) avaliações, sendo 01 presencial, na forma de prova escrita, e outra *on-line*, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica. Assim, o curso:

- Concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória, na qual são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- Utiliza várias estratégias de avaliação, possibilitando que sejam avaliados, em várias oportunidades diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- Informa, nos instrumentos utilizados para avaliação, quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- Desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a

recuperação.

4.24 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA)

A Uniplac possui uma considerável estrutura física, abrangendo todos os laboratórios estruturados à oferta de cursos superiores. A IES possui o Setor de Meios e o Núcleo de Informática, que fornecem o suporte à utilização dos recursos das tecnologias digitais. Atualmente a Uniplac conta com mais de 500 computadores com acesso à Internet, recurso este que aumenta consideravelmente com os 3.600 acadêmicos, acessando através de seus aparelhos particulares de diversas formas, tais como: notebooks, smartphones, tablets. Especificamente, o setor de EaD possui 01 (um) servidor dedicado à Plataforma Moodle, utilizada como Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As salas de aula utilizadas diretamente para a EaD, contam com recursos multimídia fixos, bem como acesso à Internet. Além do laboratório de informática, exclusivo para os alunos desta modalidade. O laboratório está disponível aos acadêmicos de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 22h. O laboratório conta atualmente com 18 notebooks e 02 PCs, com multimídia e acesso à Internet, também com perspectiva de ampliação dos equipamentos, conforme a necessidade. A IES possui mais 08 (oito) laboratórios de informática, também disponíveis para as atividades dos cursos, todos com infraestrutura de hardware e software atualizada. Já no que se refere à área administrativa, existe a disponibilidade de computador com multimídia e acesso à Internet individuais para técnicos administrativos, equipe de tutoria e designer instrucional, bem como infraestrutura para gravação e edição de videoaulas. Os acadêmicos também possuem, a sua disposição, o Portal Acadêmico, no qual estão disponíveis os serviços pedagógicos, acesso às notas, históricos, solicitações de protocolos, entre outros.

4.25 ENCONTROS PRESENCIAIS

As disciplinas institucionais na modalidade EaD são desenvolvidas com 01 (um) encontro presencial, que será a avaliação presencial, com direito a recuperação. Neste intervalo de tempo, entre o início da disciplina e a avaliação, as atividades serão desenvolvidas online, no AVA. Caso o aluno não consiga sanar suas dúvidas, através das mídias, poderá comparecer presencialmente ao setor de EaD, pois os tutores estão disponíveis para atendimento presencial, de segunda a sexta das 18h às 22h.

No início de cada semestre, os calouros recebem uma capacitação, na qual são apresentadas as disciplinas que serão disponibilizadas na modalidade EaD. Nesta capacitação, os acadêmicos são instruídos e treinados para efetuarem seus acessos, através de senha particular, capacitados a desenvolverem todas as atividades apresentadas no AVA. Cada pessoa possui seu tempo próprio, para assimilar os novos conhecimentos e recursos disponibilizados, caso o acadêmico não tenha suas dúvidas esclarecidas nestas capacitações, ou não possa comparecer, o setor de EaD possui tutores técnicos e pedagógicos que auxiliam nas dificuldades. O setor de EaD possui seu expediente de segunda a sexta das 08h às 12h e das 13h30min às 22h.

4.26 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O processo de avaliação da aprendizagem está normatizado no Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012, artigo 122, como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos” e também de acordo com a Resolução CONSUNI n. 207, de 20 de janeiro de 2016 que estabeleceu uma nova metodologia de avaliação, e segundo o artigo 5º, *"deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluem a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores"*.

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações e no mínimo 02 (duas) recuperações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual. Assim, o curso de Matemática:

- concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os alunos de serem avaliados,

em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;

- informa nos instrumentos utilizados para avaliações quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;

- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

No Curso, quanto ao Sistema de Avaliação do processo de ensino e aprendizagem, as avaliações sobre conteúdos são realizadas em forma escrita, com questões que requerem respostas objetivas de escolhas simples ou múltiplas, ou que exigem respostas descritivas. Contemplam-se também avaliação por atividades realizadas em trabalhos individuais ou em grupos. Alia-se ao processo de avaliação dos conteúdos, o desenvolvimento de habilidades e atitudes, especialmente no domínio de técnicas necessárias ao desenvolvimento de cada disciplina, e na capacidade de comunicação e relacionamento entre colegas e professores.

Exige-se, conforme regulamentação da Universidade que cada professor realize no mínimo duas avaliações presenciais, com duas avaliações de recuperação. Como também, obrigatoriamente, a cada semestre os alunos submetem-se a uma “Avaliação Integrativa”, oportunidade em que se exercita a avaliação com a integração de conteúdos de disciplinas nas quais o aluno esteja matriculado.

A atribuição de conceitos se dará por números em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), e ao final do semestre será considerado aprovado quem obtiver no somatório das avaliações, nota mínima igual a 7,0 (sete vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária.

4.27 NÚMERO DE VAGAS

Considerando que a Uniplac – Universidade do Planalto Catarinense, está sediada em Lages SC, município de maior extensão territorial de Santa Catarina, que é também referência para vários outros municípios menores que compreendem a região do Planalto Catarinense. Sendo assim, a Uniplac, Instituição de referência no ensino superior, com grande variedade de Cursos ofertados na área da saúde, tem seu Curso de Graduação em Odontologia como um dos pioneiros na área, com sua criação em 1999.

Em Lages, na rede municipal de ensino temos 33 unidades escolares do ensino fundamental. Na rede estadual, em Lages temos 24 escolas.

Como Lages é a cidade polo da região da AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana – a Uniplac prepara os professores para atuarem nas 54 escolas estaduais da região.

Sendo a Matemática que atua do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e em todas as séries do Ensino Médio, justifica-se a necessidade de formação periódica de professores para atuarem nas escolas.

Sendo assim o número de vagas disponíveis para o Curso Matemática – Licenciatura é de 40 vagas anuais, com compartilhamento.

A disponibilização desse número anual de vagas se faz necessária pela procura do curso, que apresenta reconhecida qualidade de ensino com o objetivo de suprir a demanda existente por este profissional, sendo o corpo docente altamente participante e atuante nas questões de ensino-aprendizagem, de infraestrutura do curso.

4.28 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

São várias as formas como a UNIPLAC promove a sua integração com as Escolas de Educação Básica situadas na sua região de abrangência. Diversas ações são realizadas, dentre elas, destacamos três: o Projeto Observatório da Educação, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o convênio UNIPLAC-SED de cooperação técnica para a realização de Estágios Curriculares Obrigatórios em unidades de Ensino da Secretaria de Estado da Educação. Abaixo, uma breve descrição de cada uma dessas iniciativas.

4.28.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

As maiores virtudes e, ao mesmo tempo, os maiores desafios da UNIPLAC estão na forma como se coloca para o seu entorno e no Brasil:

- comunitária, porque inserida em contexto histórico marcado pelo coronelismo e o clientelismo, em que é urgente a inserção política e social das camadas menos favorecidas da população;
- desenvolvimentista, porque inadiável a superação dos piores IDHs de Santa Catarina e a promoção do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade.
- este compromisso está expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010/2018, por meio da sua Missão que é “Ser uma universidade de referência para a transformação dos padrões socioeconômicos e culturais da região”.

Até finais da década de sessenta do século XX, a UNIPLAC era a única IES na região, portanto, é neste contexto que os seus cursos de formação docente passam a trabalhar na perspectiva de contribuir para a superação dos indicadores regionais do IDH. Com o Projeto PIBID, a UNIPLAC objetiva inserir os alunos bolsistas no cotidiano das escolas da rede

pública municipal e estadual; contribuir para a construção da sua identidade profissional; ampliar a qualificação das ações acadêmicas voltadas para a formação docente; promover a articulação entre a Instituição de Educação Superior e a Educação Básica; superar o excesso de teorização da formação e ainda contribuir para a transformação social pela educação.

Nesta perspectiva, a UNIPLAC, visa fortalecer as escolas de Educação Básica como espaços efetivos de formação docente, com vistas a qualificar o processo de ensino e em consequência, oportunizar uma aprendizagem significativa e contextualizada, tanto para os alunos dos cursos de licenciatura, quanto os da Educação Básica, atendendo ao disposto no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/2007), quando se refere ao “foco na aprendizagem”, na perspectiva de melhorar os índices da Educação Básica brasileira, como o IDEB.

Destaca-se que este compromisso com a formação de professores e a Educação Básica reforça a articulação com as propostas governamentais para e pela a Educação, a missão da UNIPLAC, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura desta Instituição, no que tange a relação da formação com a atuação dos seus alunos num processo interdisciplinar, com vistas a promoção e a formação social e cultural, ancorados na pesquisa e na extensão como possibilidades de formação.

Nesse sentido a opção de inserir os alunos bolsistas em escolas com diferentes índices do IDEB, também está amparado na possibilidade das diferentes e desafiadoras vivências, possibilitando diferentes análises que devem ser discutidos coletivamente com vistas a compreensão dos limites e das possibilidades para o rompimento dos padrões estereotipados em relação a Educação Pública. Esta participação deverá ter caráter dinâmico e articulado no contexto interno das Unidades Escolares, pois, considera-se como processo de inserção destes alunos na realidade escolar toda a efetiva participação no planejamento escolar, na avaliação, em reuniões pedagógicas da comunidade educacional, quanto nas reuniões de pais.

O processo reflexivo externo será proposto por encontros de estudos sistematizados envolvendo Coordenador institucional, coordenadores de área, supervisor, bem como os alunos com objetivo de analisar, refletir e promover constantemente as condições necessárias para a articulação entre os envolvidos que possibilite a qualificação do processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, este projeto se constitui numa proposta que se fundamenta na práxis, cujos envolvidos devem dispensar a ampla atitude investigativa e interativa, preconizadas pelo Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, PIBID e a missão da UNIPLAC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação (PIBID) à Docência.

4.28.2 Residência Pedagógica

Esse projeto procura desencadear ações que possibilitem aos acadêmicos o conhecimento e a análise da realidade escolar, entrelaçando o espaço da prática educativa com o espaço de formação. A iniciação à docência por meio do RP viabiliza a condição de vivenciar as situações da profissão, com todo um suporte formador/problematizador, que assegura a aprendizagem de situações da prática docente, que seriam vivenciadas somente no momento do estágio curricular obrigatório inserido na estrutura curricular dos cursos de licenciaturas.

A relação entre o processo de formação e as práticas alfabetizadoras vivenciadas no cotidiano das salas de aulas nas escolas subsidia articular, o processo de formação e o processo de alfabetização, buscando a superação da formação dos acadêmicos no modelo tradicional, normativo, prescritivo, mas uma formação capaz de refletir sobre sua experiência para compreender e melhorar o ensino. Os resultados apontam que a formação durante o processo é um elemento essencial à própria constituição da área de alfabetização enquanto campo pedagógico. O convívio oportunizado, ao longo do desenvolvimento do trabalho, viabilizará a troca de conhecimentos e experiências, levando-nos a refletir não apenas acerca dos comportamentos sociais, dos sujeitos envolvidos no projeto, como também do nosso, enquanto profissional da educação.

Daí a necessidade de repensar a formação de professores a partir do contexto de seu trabalho, que integra a formação acadêmica e a vivência como docente em sala de aula. A interseção entre o espaço de formação e de formação no espaço, da sala de aula intensifica as possibilidades de um processo formativo nos contextos concretos da prática educacional superando um conhecimento ingênuo da realidade.

Nesse sentido como um espaço privilegiado para a formação dos acadêmicos dos cursos de licenciaturas superando o modelo da racionalidade técnica possibilitando uma base reflexiva na sua formação insere-se o Programa de Residência Pedagógica - RP, que tem como objetivos, entre outros, a formação de professores para a educação básica, contribuindo para a elevação da qualidade da escola pública; a valorização do magistério; a inserção dos acadêmicos dos cursos de licenciaturas no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e educação básica.

O programa concede bolsas de iniciação à docência não só aos acadêmicos e professores da universidade, mas, também aos professores de escolas públicas (supervisores), que acompanham as atividades dos bolsistas no espaço escolar, contribuindo com o seu processo de formação em articulação com o formador da universidade, constituindo-se dessa forma uma possibilidade para superar o desafio do distanciamento entre os espaços de

formação e a realidade da escola e do exercício da profissão.

O RP traduz-se numa proposta de superar algumas visões ingênuas, acerca da escola, do conhecimento, e da própria profissão de ser professor. Durante o processo de inserção nas escolas os acadêmicos observam e vivenciam diferentes situações do cotidiano escolar, percebem os limites e as possibilidades da ação docente, participam constantemente dos desafios encontrados pelos professores regentes das turmas, percebem os diferentes encaminhamentos metodológicos organizados, para contribuir no processo ensino aprendizagem do estudante, que por algum motivo não acompanha o ritmo da turma.

Os acadêmicos participantes do RP vivenciarão intensamente seu processo de formação nas séries finais do Ensino Fundamental.

O curso de licenciatura em Matemática insere-se nesse programa com projetos na área da Matemática e desenvolverá suas atividades atuando em escolas estaduais e ou municipais do município de Lages/SC, que podem ser localizadas no centro da cidade e ou localizada em bairro. Por serem escolas que podem ser localizadas em diferentes contextos, a relevância de atuar e conhecê-las tornar-se-á significativa.

A partir do momento, que compartilhamos signos, linguagens e culturas convivemos e aprendemos diferentes situações nas dimensões sociais, política, econômica e cultural, que estão presentes no contexto escolar. Esse movimento possibilitará compreender as práticas sociais e culturais, e não as julgar, e permitirá ainda, entender o ato educacional como um ato eminentemente político e formativo. Os bolsistas vão se constituindo no seu fazer diário, por meio de conhecimentos, que vão adquirindo, produzindo, na relação com as crianças e nos desafios que aparecem.

A iniciação à docência por meio do RP viabilizará a condição de vivenciar as situações da profissão, com todo um suporte formador/problematizador, que assegura a aprendizagem de situações da prática docente, que seriam vivenciadas somente no momento do estágio curricular obrigatório inserido na estrutura curricular dos cursos de licenciaturas.

A vivência no programa oferecerá aos bolsistas, a condição de uma aprendizagem sobre a docência, sendo favorecida significativamente pelas horas dedicadas ao acompanhamento das crianças nas escolas pelos registros das situações e acontecimentos da sala de aula, pelo tempo destinado ao estudo do referencial teórico, o diálogo permanente e a discussão nos seminários dos livros/referenciais estudados.

Também é de fundamental importância a compreensão de uma prática educativa pautada pela ética, pelo respeito entre professor e estudantes com os quais se estabelece relação nas escolas e pelo compromisso com a própria formação docente.

A escola é um espaço de ensino, aprendizagem, vivência de valores. É um espaço privilegiado para a formação inicial dos bolsistas, A escola é, então, o espaço de socialização onde o professor aprende os modos de ser e agir na profissão.

A noção de fazer da escola um espaço de troca de saberes, parte do reconhecimento de que a escola não é neutra, mas representa um tipo de educação. A escola ao mesmo tempo produz e reproduz saberes, que legitimam ou não as desigualdades, portanto também é um fazer político. O interesse pela emancipação, pelo crescimento intelectual e pessoal dos bolsistas acontecerá nestes espaços de diferenciação, o que se refere também as relações de poder imbricadas na educação.

Nesse sentido o projeto procurará desencadear ações, que possibilitem aos bolsistas do curso de Pedagogia o conhecimento e a análise da realidade escolar, entrelaçando o espaço da prática educativa com o espaço de formação.

4.28.3 Programa de Desenvolvimento Regional PROESDE/Licenciatura

É de conhecimento geral que a Educação é um assunto importante na sociedade e na formação dos sujeitos. Sabendo disso, torna-se de suma importância estudo sobre as perspectivas da comunidade escolar a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador publicado em 2017, cujo principal objetivo é relacionar os principais conteúdos/objetos de conhecimento para a Educação Básica.

Conforme documentos como a Constituição Brasileira (1988), a educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família. Neste sentido, também se torna um objetivo a oferta da educação de qualidade, para isso dispõe-se de políticas públicas e leis para o auxílio e garantia destes direitos.

As disposições da BNCC são tema atual e muito discutido no âmbito escolar, mas para algumas instituições e alguns docentes, este documento está sendo um grande desafio, uma vez que, observa-se que sua função e objetivo não estejam esclarecidos totalmente.

Devido à proposta de implementação da Base Nacional Comum Curricular, em que tem como objetivo subsidiar a base do ensino nas escolas de todo o território nacional, para um ensino inovador e contextualizado com a vivência dos estudantes dentro e fora dos muros escolares.

O programa de educação superior para desenvolvimento regional PROESDE/Licenciaturas teve como objetivo mobilizar os acadêmicos dos cursos de

graduação de diferentes licenciaturas para estudar e analisar os cadernos da Proposta Curricular de Santa Catarina do ano de 1991 à 2014, a Base Comum Curricular do Território de Santa Catarina e por fim, elaboração de planos de aula dentro das temáticas apresentadas.

O estudo destas propostas nos levou a grandes reflexões sobre a aplicabilidade dos conteúdos estabelecidos em metodologias diferenciadas para maiores aprendizados dos estudantes da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental, anos inicial e anos finais), conforme estabelece a Base Curricular Catarinense.

O PROESDE Licenciatura, como parte do Programa UNIEDU, tem como objetivo promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica, mediante a articulação entre os cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares (UEs) públicas de educação básica. O foco central do curso foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Proposta Curricular de SC (PCSC) e o Currículo.

A BNCC se expressa como um suporte para a estruturação curricular das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Unidades Escolares. O estudo e a pesquisa tiveram como objetivo analisar a percepção dos docentes sobre a BNCC, identificar e caracterizar o conhecimento prévio dos professores em relação à Base, coletarem sugestões para sua aplicabilidade, identificar os desafios que proporcionam à escola e sua relação com PCSC, e prospectar estratégias de ação para a formação continuada dos professores visando uma educação de qualidade.

Além da produção realizada, destaca-se a dinâmica dos seminários regionais do PROESDE Licenciatura, que também proporcionaram debates com diversos atores da área educacional, sobre a temática em todas as regiões do estado, culminando com seminário estadual.

4.28.4 Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade

O Termo de Cooperação Técnica n. 2021TN0745, de 04/08/2021 entre a Secretaria de Estado da Educação e a UNIPLAC tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da UNIPLAC.

Tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da UNIPLAC. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas

proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação. Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do aluno. Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horárias fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos. O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente. (Redes Públicas de Ensino estadual e/ou municipal).

4.28.5 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e a Universidade

O Convênio assinado n. 1155/2024-A1, de 22/02/2024, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da UNIPLAC, tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da UNIPLAC. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixada de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

4.28.6 Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas

Por meio do Projeto PIBID, a UNIPLAC insere alunos bolsistas no cotidiano das escolas. O objetivo principal é possibilitar aos alunos dos cursos de licenciatura a integração com o cotidiano das escolas, contribuindo assim, para a construção de sua identidade profissional.

A partir do 5º semestre, os acadêmicos do Curso de Matemática realizam suas atividades práticas nas Escolas de Educação Básica, localizadas na região da Serra Catarinense.

O processo de estágio do curso, é desenvolvido em quatro etapas, conforme descritas abaixo:

I. no 5º (quinto) semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40h/a (quarenta horas aula). Definirá a partir da observação o projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador;

II. o 6º semestre compreende o desenvolvimento do exercício de intervenção de docência, nos anos finais do Ensino Fundamental de no mínimo 40 horas de estágio;

III. no 7º (sétimo) semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40h (quarenta horas). Definirá a partir da observação o projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador;

IV. o 8º semestre será dedicado à regência de classe, nas turmas de Ensino Médio, como também à conclusão do relatório final, num total de 40 horas de estágio.

4.28.7 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) nos Cursos de Licenciaturas foi introduzida nos currículos de licenciatura (CNE 2/2019) que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica. Segundo as diretrizes, a PCC deve ser integralizada em 400 horas, com atividades que aproximem os estudantes das licenciaturas da realidade escolar, ainda no início do Curso. No entanto, destaca-se que tais atividades não devem ser confundidas com as atividades do Estágio Curricular Obrigatório.

Nesse sentido, o Curso de Matemática pretende trabalhar a PCC, por meio de disciplinas como “Pesquisa e Prática Pedagógica”, do 6º ao 8º semestre. Esta disciplina busca, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, desenvolver práticas pedagógicas que articulem todos os componentes curriculares, na perspectiva de analisar e propor ações no âmbito da formação e de atuação do licenciado no cotidiano escolar.

5 CORPO DOCENTE

5.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi institucionalizado na UNIPLAC através da Resolução 088/2010 de 24 de setembro de 2010, atendendo a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) n. 01, de 17/06/2010.

Com a composição do colegiado, previsto no artigo 95 do Regimento Geral da Universidade, o curso constituiu seu Núcleo Docente Estruturante, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

Todas as decisões são colegiadas e acontecem nas reuniões, que funcionam com a presença da maioria absoluta dos seus membros e as decisões serão tomadas pela maioria simples dos votos. As reuniões ordinárias do colegiado são bimestrais, podendo, no entanto, ocorrer extraordinariamente a qualquer tempo por convocação do coordenador ou a requerimento de (um terço 1/3) de seus membros, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

No Curso de Matemática o NDE foi constituído através da Portaria nº 013, de 22 fevereiro de 2013 e atualmente é composto pelos seguintes professores:

Professor	Titulação	Portaria de Indicação
Ivone Catarina Freitas Buratto	Doutora	Portaria nº 013, de 22 de fevereiro de 2013.
Jourdan Silva Linder	Doutor	Portaria nº 151, de 12 de setembro de 2018.
Schayla Letyelle Costa Pissett	Doutora	Portaria nº 019, de 24 de abril de 2023.
Neusa Maria Sens de Barros - Presidente	Especialista	Portaria nº 045, de 06 de abril de 2015.
Rodrigo Branco	Mestre	Portaria nº 045, de 06 de abril de 2015.

5.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O setor de EaD da UNIPLAC conta com uma equipe multidisciplinar que compõem sua equipe de Design Instrucional (DI) responsável por todas as etapas de produção, revisão e disponibilização dos materiais didáticos.

Esta equipe é formada pelos seguintes profissionais: Revisor, Pedagogo, Designer Instrucional e Técnico Audiovisual.

O setor de DI, possui planejamento e controle de desenvolvimento de materiais, um plano de ação documentado e implementado através de diferentes ferramentas de gestão.

5.4 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

De acordo com legislação e seguindo orientação dos instrumentos de avaliação de cursos do INEP/CEE, o coordenador do curso deverá ser da área profissionalizante de conhecimento do curso.

Deverá, ainda, possuir experiência profissional na área do conhecimento e no magistério superior e ser capacitado para a gestão acadêmica.

A atuação da coordenação do curso é regida pelos Artigos 43, 44, 45 e 46 do Regimento Geral da UNIPLAC. Regimentalmente a coordenação do curso de Graduação é o órgão administrativo para assuntos didáticos, pedagógicos, disciplinares de cada curso, articulado à Coordenação de Graduação.

A atuação do coordenador de curso atende a demanda de alunos matriculados no curso, considerando os serviços de gestão, atendimento a docentes e discentes, sendo pautado em um plano de ação.

O trabalho do coordenador é avaliado semestralmente, quando os alunos e corpo docente avaliam por meio da avaliação institucional, disponíveis na página da UNIPLAC.

A coordenação de curso também administra a integração multidisciplinar existente, administrando conflitos e adequando as necessidades encontradas, proporcionando e almejando a melhoria contínua.

5.5 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O regime de trabalho do coordenador é de tempo parcial, sendo que 10 horas são dedicadas à coordenação do curso. Considerando o número de alunos matriculados, essas horas são adequadas para a gestão do curso. O curso possui representatividade nos colegiados superiores.

O planejamento de trabalho é pautado nas necessidades de melhorias e na qualidade do curso, conforme registros em Atas de reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, sendo sua gestão continuamente avaliada pelo processo de avaliação institucional permanente.

5.6 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O corpo docente do Curso de Matemática é composto por 21 professores, sendo que a titulação dos mesmos está representada pelos percentuais abaixo:

Titulação	TOTAL	PERCENTUAL(%)	
Doutor	11	52,38%	76,19%
Mestre	05	23,81%	
Especialista	05	23,81%	
TOTAL	21	100%	

Esse cenário reflete a preocupação dos professores com a qualidade pretendida, bem como garantir maior qualificação do egresso com análises constantes dos componentes curriculares, por meio de atualização periódica das referências bibliográficas, realizadas em reuniões do NDE e ratificadas nas reuniões do colegiado de curso, estimulando os estudantes a desenvolverem o raciocínio crítico e humanístico aplicado em situações de aprendizagem e nas atividades extensionistas.

Para garantir esse processo de aprendizagem ressalta-se que os professores possuem doutorado em educação e ambiente e saúde e mestrado em educação. Os dados apresentados mostram-se favoráveis em relação à qualificação dos professores do Curso de Matemática, considerando que os maiores indicativos correspondem à titulação em nível *stricto sensu*.

5.7 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho dos professores é diversificado e atende a demanda existente, sendo 90,48% dos professores atuando em regime parcial ou integral.

Titulação	TOTAL	PERCENTUAL(%)	
Horista	02	9,52%	90,48%
Parcial	11	52,38%	
Integral	08	38,10	
TOTAL	21	100%	

5.8 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

A maioria dos professores do colegiado possuem experiência profissional nas áreas de atuação das unidades curriculares, o que permite apresentar exemplos contextualizados com

relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional.

A tabela abaixo evidencia o tempo de experiência profissional do corpo docente:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL(%)
Acima de 20 anos	10	47,62%
De 10 a 20 anos	09	42,86%
De 02 a 09 anos	02	9,52%
TOTAL	21	100%

5.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dentre os critérios apresentados para compor o perfil docente dos professores que atuam nos cursos de licenciatura, está a experiência profissional na Educação Básica. Pode-se observar, de acordo com os dados apresentados abaixo, que no Curso de Matemática, a maioria dos professores atendem a esse critério:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL(%)
Acima de 20 anos	06	28,57%
De 10 a 20 anos	09	42,86%
De 02 a 09 anos	-	-
Menos de 02 anos	06	28,57%
TOTAL	21	100%

A experiência dos professores, constatada através dos números apresentados acima, contribui sobremaneira para a formação dos nossos futuros professores, no momento em que diminui a dicotomia teoria e prática, estabelecendo os limites e as possibilidades para o trabalho docente.

5.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Considerando a experiência profissional no ensino superior, seguem as seguintes informações:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL(%)
Acima de 20 anos	05	23,81%
De 10 a 20 anos	12	57,14%

De 02 a 09 anos	04	19,04%
TOTAL	21	100%

Todos os professores possuem uma significativa experiência no magistério superior. Esse fato é relevante para a valorização dos saberes da experiência, dos saberes docentes de um modo geral, seja como uma alternativa no sentido de buscar maior aproximação da formação acadêmica com a realidade escolar, estreitando os vínculos na relação entre teoria e prática.

5.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O colegiado de docentes do curso de Matemática possui experiência na Educação a Distância, atuando nas disciplinas institucionais, no que permite com que desenvolvam materiais que vão ao encontro da aprendizagem dos estudantes. Além disso, após as avaliações institucionais, realizadas pela CPA, os resultados são discutidos com os professores, com vistas a aprimorar os processos de ensino-aprendizagem mediados por tecnologia. Há representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência profissional. A UNIPLAC, através de seu PDI, previu no programa de apoio à gestão a formação continuada dos docentes com o objetivo de buscar aprimoramento e qualificação na atuação, o qual acontece anualmente em fevereiro e julho, antes dos períodos letivos regulares. Promovido pela Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação de Graduação e Setor de Apoio Pedagógico – SEAPE.

Além disso, são incentivadas as capacitações conforme necessidade dos colegiados de cursos. Os docentes também recebem capacitação docente para a EaD desde 2013, a qual os capacita para utilização das ferramentas do Moodle, para otimizar o acompanhamento pedagógico do discente.

O professor está preparado e capacitado para atender todo o processo durante o andamento das disciplinas, observando o desempenho dos discentes, sanando dúvidas e criando meios que facilitem o acesso à informação.

Atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades, estimulando a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento.

O corpo docente que atua nesta modalidade vem exercendo liderança crescente, tendo em vista tratar-se de inovação no âmbito do referido curso, mas já está sendo reconhecido

pela sua produção. Tem-se buscado contato direto com as turmas procurando identificar as fragilidades eventualmente apresentadas na disponibilização da disciplina em EAD, para fim de promover o aperfeiçoamento.

5.12 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente. Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão, sendo que sua prática se dá desde 2013. Já foram oferecidas 5 turmas de formação de tutores. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca:

- Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância;
- Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente;
- Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e a distância;
- Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação e a sua relevância no processo;
- Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD;
- Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

5.13 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O Curso de Matemática possui colegiado próprio, que possui função consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, no âmbito dos cursos, vinculado às Pró-Reitorias e que congrega os docentes que se encontram em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da UNIPLAC.

O colegiado do curso de Matemática é composto por especialistas, mestres e doutores que contribuem para a excelência do curso pelo seu empenho e dedicação.

A frequência nas reuniões que são realizadas de forma ordinária, conforme calendário acadêmico e sempre que solicitado, ajudam na tomada de decisões e união do grupo.

Compõem, ainda, o colegiado de curso os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), os responsáveis por disciplinas e que não estão no exercício, no referido semestre/ano letivo, pelo fato das mesmas não estarem sendo oferecidas, como também pelo afastamento para exercício de função administrativa na UNIPLAC.

5.14 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

As disciplinas institucionais, aprovadas pela resolução n. 292, de 27/11/2017, conforme os processos de indicação docentes, são trabalhadas por tutores com graduação superior em áreas afins aos cursos a serem tutorados, possuem formação em pós-graduação *stricto sensu* e com comprovada experiência em educação à distância.

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente.

Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, já visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológica de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca: Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância; Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente; Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e educação a distância; Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de Educação e a sua relevância no processo; Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD; Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

5.15 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

As disciplinas são trabalhadas por tutores que possuem comprovada experiência em educação à distância, o que permite identificar o tempo de resposta de aprendizagem dos discentes de forma rápida. Os tutores e a equipe de DI estão constantemente analisando o que

pode ser melhorado na abordagem e apresentação de exemplos que tornem o conteúdo mais prático e atrativo ao aluno, permitindo assim, expor o conteúdo de maneira adequada à turma.

A equipe de tutores está capacitada para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas, criando meios que facilitem o acesso à informação pelo discente. Os tutores atuam como orientadores e facilitadores do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos discentes. Além disso, possuem conhecimento do conteúdo trabalhado, realizam feedbacks constantes aos alunos, estimulam debates realizados em fóruns, desenvolvem a habilidade de cooperação e interação entre os alunos. Outro ponto importante na atuação dos tutores é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os discentes em dificuldades técnico-pedagógicas.

5.16 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES

Ainda que a prática do ensino na modalidade à distância no Curso seja inovadora, desde o início já se observou existir interação entre tutores, docentes e coordenadores do Curso, explicitada no PPC, que garante a mediação e a articulação entre eles, com o objetivo de promover a melhor interação do conteúdo da disciplina com o aprendizado efetivo dos alunos. Observa-se a existência de planejamento devidamente documentado de interação para encaminhamento de questões do curso, com a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento no diálogo entre os interlocutores.

Vale destacar que o setor de EaD, promove reuniões periódicas para o atendimento pedagógico entre equipe multidisciplinar, coordenação de EaD e tutores. Além disso, existe a prática de reuniões quinzenais entre os tutores, docentes e equipe de suporte técnico com o objetivo de identificar eventuais problemas e realizar os devidos encaminhamentos.

5.17 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.

As produções científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores do colegiado do curso podem ser comprovadas no relatório gerado pelo setor de Recursos Humanos ou no quadro em anexo.

6 INFRAESTRUTURA

6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A UNIPLAC conta com uma área construída de 35.827,03 m², que corresponde aos blocos de salas de aula, setores administrativos, biblioteca, laboratórios, salas especiais, coordenação dos cursos e de estágios, central de atendimento, centro de convivência, Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), Centro Especializado em Reabilitação (CER).

Essa infraestrutura contempla espaços de trabalho de excelência para todos os professores em tempo integral, com acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além destes espaços, em cada bloco, há amplas salas de professores, ventiladas e bem iluminadas, sendo que numa das salas, localizada no bloco I, há 6 computadores com acesso à Internet e com espaços reservados para os professores. Existem também as salas de apoio e coordenações setoriais, equipadas com computadores, telefone, escrivaninhas e outros equipamentos necessários. Outro espaço apropriado aos estudos dos professores é a biblioteca onde há cabines que podem ser usadas pelos professores. Todos esses espaços de trabalho viabilizam o planejamento e a concretização das ações acadêmicas administrativas e didático-pedagógico, atendendo as demandas institucionais. Os espaços para os professores de tempo integral, garantem privacidade para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientações, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

6.3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A sala de coordenação de curso é compartilhada com outras coordenações, estruturada com equipamentos de multimídia e comunicação e com uma secretaria de apoio para assuntos administrativos. As coordenações têm à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Projetos e Apoio Pedagógico (SEAPE), Protocolo, Recursos Humanos, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática (NIU), Setor de Meios. Grande parte desses setores estão localizadas na Central de Atendimento ao Estudante.

A concentração dos coordenadores dos cursos de licenciatura, no mesmo local, foi uma estratégia encontrada para otimizar espaços e aproximar esses profissionais na troca de

experiências. Porém, cada curso tem seus espaços para reuniões com professores, que tanto podem ser em conjunto, quanto em caráter individual, para atendimento de alunos e/ou de professores, supervisão de estágios, etc. As reuniões mais gerais acontecem nas salas de aula ou nos auditórios.

6.4 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As salas coletivas de professores, estão localizadas em diferentes blocos (prédios), são salas que possuem espaço físico adequado, com ventilação, iluminação, mobiliário e equipamentos para propiciar o trabalho docente. As salas possuem recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação apropriados (computadores com acesso à Internet) para o quantitativo de docentes e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais (há em cada bloco, armários individualizados, com chaves, para cada professor guardar seus materiais e objetos pessoais).

6.5 SALAS DE AULA

As salas de aula da UNIPLAC foram construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. As salas para desenvolvimento das disciplinas teóricas estão dentro do padrão estabelecido pela engenharia. Além disso, também contam com equipamento de multimídia, com agendamento de equipamento de menor porte em todas as salas, como retroprojeter e telas para projeção.

A Sala teórica, destinada ao processo de ensino-aprendizagem é composta de cadeiras estofadas, quadro branco, mesa e cadeira para o professor.

Todas as salas dispõem de iluminação adequada, conforto acústico com mobiliário adequado em conformidade com a ergonomia.

Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

6.6 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A UNIPLAC conta com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. A rede está conectada à Internet Banda Larga, com Link de internet TPA/Fapesc, configuração das RBS para trabalhar na nova VLAN, UNIPLAC e MidiLages, com a velocidade de 80Mbps para download e 70Mbps para upload.

O Núcleo de Informática da Uniplac – NIU - tem por missão administrar as demandas na área de tecnologia da Fundação Uniplac e de suas mantidas no que se refere ao controle e desenvolvimento de software, hardware e infraestrutura, sendo o setor responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de atualização tecnológica de equipamentos de tecnologia tem como objetivo garantir à Universidade no âmbito de Ensino, Pesquisa e Extensão infraestrutura de tecnologia adequada para o seu melhor funcionamento.

A atualização de software é realizada conforme dita o licenciamento, porém nossa IES preza pelo uso de software, que são atualizados semestralmente quando é realizada a formatação de todas as máquinas disponibilizadas nos laboratórios.

As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos de um laboratório de informática são substituídos. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos regidos pela Política de atualização e de manutenção de equipamentos.

Aquisição de Hardware e Software - este planejamento de expansão e atualização segue o disposto no PDI Institucional, projetos de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, planos de gestão setoriais e planejamentos institucionais anuais. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao NIU que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Setor de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva - o NIU possui uma equipe de técnicos responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor ainda planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de TI da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do NIU.

Dentro desse processo, existe a verificação diária dos laboratórios de informática, por um técnico, que ao identificar qualquer problema, quer seja de hardware ou de acesso a qualquer aplicativo, imediatamente, abre chamado ao NIU, que procede com o ajuste.

Através do relato fica evidente o compromisso da IES em prover e manter o acesso aos alunos quanto aos recursos de TI, tendo todo o aporte do NIU, responsável por manter e gerenciar todo o patrimônio e atualizações periódicas dos recursos de informática (escalabilidade, segurança, hardware, software), adotando práticas de gestão da TI para preservar a qualidade dos recursos de forma a atender as demandas da comunidade acadêmica.

6.7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

A UNIPLAC conta com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. A rede está conectada à Internet Banda Larga, com Link de internet TPA/Fapesc, configuração das RBS para trabalhar na nova Vlan, UNIPLAC e MidiLages, com a velocidade de 80Mbps para download e 70Mbps para upload.

O Núcleo de Informática da Uniplac – NIU - tem por missão administrar as demandas na área de tecnologia da Fundação Uniplac e de suas mantidas no que se refere ao controle e desenvolvimento de software, hardware e infraestrutura, sendo o setor responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de atualização tecnológica de equipamentos de tecnologia tem como objetivo garantir à Universidade no âmbito de Ensino, Pesquisa e Extensão infraestrutura de tecnologia adequada para o seu melhor funcionamento.

A atualização de software é realizada conforme dita o licenciamento, porém nossa IES preza pelo uso de software, que são atualizados semestralmente quando é realizada a formatação de todas as máquinas disponibilizadas nos laboratórios.

As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos de um laboratório de informática são substituídos. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos regidos pela Política de atualização e de manutenção de equipamentos.

Estão à disposição dos alunos 11 laboratórios de informática com acesso a internet, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na

biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa excelentes condições de utilização pelos alunos. Em todo o campus o aluno pode acessar à internet via rede sem fio (Wi-Fi).

Aquisição de Hardware e Software - este planejamento de expansão e atualização segue o disposto no PDI Institucional, projetos de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, planos de gestão setoriais e planejamentos institucionais anuais. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao NIU que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Setor de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva - o NIU possui uma equipe de técnicos responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor ainda planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de TI da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do NIU.

Dentro desse processo, existe a verificação diária dos laboratórios de informática, por um técnico, que ao identificar qualquer problema, quer seja de hardware ou de acesso a qualquer aplicativo, imediatamente, abre chamado ao NIU, que procede com o ajuste.

Através do relato fica evidente o compromisso da IES em prover e manter o acesso aos alunos quanto aos recursos de TI, tendo todo o aporte do NIU, responsável por manter e gerenciar todo o patrimônio e atualizações periódicas dos recursos de informática (escalabilidade, segurança, hardware, software), adotando práticas de gestão da TI para preservar a qualidade dos recursos de forma a atender as demandas da comunidade acadêmica.

6.8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma

Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias complementares do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia complementar em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

– O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as

bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

– COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

– Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

– Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

6.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

A UNIPLAC conta atualmente com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. Os Laboratórios de informática estão localizados no bloco 01 no primeiro e segundo pisos, permitindo excelente acesso aos seus usuários. Estão à disposição dos alunos seis laboratórios de informática com acesso a *internet*, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa boas condições de utilização pelos alunos. Também dispõe do laboratório móvel e o laboratório do EAD.

A Universidade também possui acesso à rede sem fio (*wireless*). O sinal está disponível nos Blocos, Biblioteca, Auditório CCJ, Centro de Convivência e Escritório Modelo, permitindo dessa forma aos alunos condições suficientes de acesso às tecnologias.

Tanto os laboratórios, quanto as práticas são avaliadas periodicamente quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, sendo os resultados utilizados pela coordenação do curso para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

6.10 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

6.10.1 Laboratório de Matemática

O curso consta com um laboratório de Matemática com materiais e equipamentos para a realização de aulas práticas nas diversas disciplinas específicas, como: Física, Geometria, Instrumentação para o ensino da Matemática, entre outras. O laboratório está localizado no CCET (Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas).

Dentre os materiais temos:

- material dourado
- tangram
- jogos educativos na área da matemática
- balança de precisão
- trenas
- réguas
- livros paradidáticos

Além disso há acervo de materiais didático pedagógico que foram idealizados e elaborados pelos estudantes nas aulas práticas de várias disciplinas. Esses materiais são utilizados nas aulas do Estágio Curricular Obrigatório e nas atividades das disciplinas de Práticas Extensionistas.

6.11 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Comitê de Ética em Pesquisa na UNIPLAC foi criado por meio da Resolução n. 010, de 17 de abril de 2002.

A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. No ano de 2014 o CEP-UNIPLAC, por determinação do CONEP/CNS, passou a receber e analisar os Projetos de Pesquisa envolvendo seres humanos através da Plataforma Brasil. Desde então, todos os documentos necessários à apreciação ética dos Projetos de Pesquisa são incluídos na base de dados da Plataforma.

A norma assim o estabelece e no caso da UNIPLAC também acontece que os protocolos de pesquisa são entregues à Comissão de Ética na Pesquisa para análise e parecer justificado e orientado por princípios de impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, particularmente em aspectos que envolvam:

Pesquisa com seres humanos; Genética humana; Reprodução humana; Equipamentos e dispositivos terapêuticos novos ou não registrados no País; Novos procedimentos terapêuticos invasivos; Estudos com populações indígenas; Projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte; Protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa; Pesquisas com coordenação e ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e Projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Os projetos são encaminhados a um Relator por área de conhecimento, discutido em plenária, sendo após emitido um parecer consubstanciado.

O atual Conselho de Ética na Pesquisa – CEP da UNIPLAC foi reconstituído mediante Portaria nº 091, de 19 de agosto de 2015 e alterado pela Portaria nº 118, de 03 de dezembro de 2015.

No que tange à sua constituição o perfil é multidisciplinar. O serviço prestado ao CEP é voluntário e não remunerado.

O Comitê reúne-se uma vez por mês, todas as terceiras quartas-feiras, às 17h 30min, tendo como pauta a discussão dos projetos em avaliação.

Conforme determina a norma específica, o CEP-Uniplac dispõe de ambiente exclusivo de trabalho, privativo para os componentes, dotado dos equipamentos necessários e de funcionária de apoio em regime de 10 horas semanais.

Operacionalmente falando, o CEP-UNIPLAC revisa todos os protocolos (projetos) de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a

integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

7 REQUISITOS LEGAIS

O projeto pedagógico do Curso de Matemática – Licenciatura - prevê e preconiza o estrito cumprimento dos marcos regulatórios abaixo relacionados:

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
Diretrizes Curriculares Nacionais para Matemática Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, licenciaturas	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CES n. 03, de 18/02/2003. – Resolução CNE/CP n. 2, de 20/12/2019
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Lei 9.394/1996 e Lei 10.639/2003. – Resolução CONSUNI n. 114, de 1º/11/2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação da UNIPLAC. – Contemplada nas disciplinas Políticas Públicas na Educação Básica - 2 semestre - 2 créditos - 40 h e Cultura, Diferença e Cidadania - 2 semestre - 4 créditos - 80 h.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. – Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Resolução UNIPLAC n. 115/13. – A temática da Educação Ambiental é desenvolvida na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – 5º semestre – 4 créditos – 80 horas.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CNE/CP n. 8 de 06 de março de 2012. – Resolução n. 127, de junho de 2014, que determina a inclusão da Educação para Direitos Humanos na graduação. – Contemplada nas disciplinas Políticas Públicas na Educação Básica - 2º semestre - 2 créditos - 40 h e Cultura, Diferença e Cidadania - 2º semestre - 4 créditos - 80 h.
Titulação do corpo docente	<ul style="list-style-type: none"> – Lei 9.394/96, art. 66. O curso de Matemática apresenta um corpo docente em sua ampla maioria Pós-Graduado em nível de <i>lato e stricto sensu</i>.
Núcleo Docente Estruturante - NDE	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONAES n. 1, de 17/06/2010. – Resolução n. 088/2010 – UNIPLAC – Portaria n. 013, de 22/02/2013- Constituição do NDE do Curso de Matemática – Portaria n. 045, de 06 de abril de 2015. – Portaria n. 111, de 25 de novembro de 2015. – Portaria n. 151, de 12 de setembro de 2018. – Portaria n. 019, de 24 de abril de 2023.
Carga horária mínima em horas	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 2/2007. O PPC prevê uma carga horária total de 2.810 horas em conformidade com o previsto da norma específica. – Resolução CNE/CP n. 2, de 01/07/2015 – Os cursos de licenciatura da Uniplac estão em processo de reestruturação para atender quando da oferta de novas turmas.
Tempo de integralização	<ul style="list-style-type: none"> – Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995. – Resolução CNE/CP n. 2, de 18/06/2007.

	– Resolução CONSUNI n. 172 de 25/05/2015. CONSUNI.
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.	– Decreto n. 5.296/2004. – Portaria n. 099, de 22/10/2012 – Criação da Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA).
LIBRAS	– Decreto n. 5.626/2005 - Inserção da disciplina de Libras no PPC. – Resolução n. 086, de 21/01/2009 UNIPLAC. – Disciplina de Libras no 6º e 7º semestres, com 40 horas cada.
Informações acadêmicas	– Normativa n. 40, de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC n. 23, de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010. – Todos os registros acadêmicos de todos os cursos da UNIPLAC são disponibilizados em cópias físicas ou <i>on line</i> .
Regulamenta internamente os critérios para o credenciamento de docentes nos cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 124, de 04/06/2014.
Regime de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas para o Sistema Federal de Ensino.	– Edital n.4, de 1º/07/2014 de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa n. 40, de 12/12/2007, do MEC. – Resolução CONSUNI n. 134, de 25/07/2014. – Portaria Normativa n. 840, de 24/08/2018.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 232, de 08/08/2016. – Resolução CONSUNI n. 265, de 08/05/2017 – Matemática
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 231, de 08/08/2016. – Resolução n. 432 de 27 de setembro de 2013. (D.O.U nº 217 Seção I de 07/11/2013). – Colegiado do Curso de Matemática – 19/04/2017
Atividades Complementares do Curso de Matemática – Licenciatura.	– Resolução CNE/CES n. 04, de 19/02/2002 – Parecer CONSUNI n. 017 de 12/07/2016. – Resolução CONSUNI n. 228, de 25/07/16.
Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Matemática.	– Resolução CNE/CES n. 04, de 19/02/2002. – Resolução CONSUNI n. 265, de 08/05/2017
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP).	– Resolução n. 213, de 07/04/2016. – Resolução n. 219, de 08 de junho de 2016.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP, vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino (PROENS).	– Portaria UNIPLAC n. 023, de 20/03/2017.
Política de Inclusão e Acessibilidade vigente. Dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade	– Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem.	– Resolução CONSUNI n. 131/14, revogada pela Resolução CONSUNI n. 207, de 20/01/2016.
Credenciamento de docentes nos cursos de graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 124, de 04/06/2014.
Comitê de Ética em Pesquisa.	– Portaria de Criação do CEP, n. 010, de 17/04/2002. – Portaria n.118, de 03/12/2015.
Disciplinas na Modalidade a Distância	– Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016. – Resolução CONSUNI n. 291, de 21/11/2017; – Resolução CONSUNI n. 292, de 27/11/2017; – Resolução CONSUNI n. 342, de 20/03/2018;

	<ul style="list-style-type: none">- Resolução CONSUNI n. 347, de 30/04/2018;- Resolução CONSUNI n. 355, de 19/06/2018.
Curricularização da Extensão	<ul style="list-style-type: none">- Resolução CONSUNI n. 447, de 10/11/2020.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.131**, de 24/11/1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.795**, de 27/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.048**, de 08/11/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Decreto n. 5.296/04.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 4.281**, de 25/06/2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/1999, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.639**, de 09/01/2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afrobrasileira.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 3**, de 18/02/2003. Diretrizes Curriculares Nacionais para a o Curso de Matemática

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07/11/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Congresso Nacional, **Lei n. 10.861**, de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.625**, de 22/12/2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 11.788**, de 25/06/2008. Dispõe sobre estágio de estudantes.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 12.764**, de 27/11/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do Art. 98 da Lei n. 8.112, de 11/12/1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20/12/2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

CONEP. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 134**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 031**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 312**, de 23/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 334**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 058**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 2.717**, de 10/12/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 3.309/05**. Homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE).

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 380**, de 27/10/2009.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 243**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 070**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 038**, de 10/02/2011. Recredenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 174**, de 22/10/2013. Estabelece providências e normas Complementares à Resolução CEE/SC n. 100/2011 para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

UNIPLAC. CONSUNI. **Resolução n. 051**, de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 086**, de 21/12/2009. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

UNIPLAC. Conselho Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer n. 503**, de 09/10/2007. Criação do Núcleo de Pesquisa Negro e Educação (NEAB).

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 088**, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. **Avaliação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC**. 08/10/2011.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 080**, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC.

UNIPLAC. **Regimento Geral da Universidade**. 12 de agosto de 2012.

UNIPLAC. **PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**.

UNIPLAC. **Residência Pedagógica**.

UNIPLAC. CONSUNI. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 114**, de 01/11/2013. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 115**, de 01/11/2013. Diretrizes para a Educação Ambiental.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 127**, de 12/06/2014. Diretrizes para Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 050**, de 26/08/2014. Institui requisitos legais sobre: Educação Ambiental, Educação para Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n.207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 172**, de 25/05/2015. Estabelece o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 231**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 232**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. CONSUNI n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 231**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 232**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 291**, de 21/11/2017. Aprova a criação das disciplinas institucionais, insere os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º no artigo 99 do Regimento Geral; altera o inciso VII do artigo 101, que trata do crédito como unidade de trabalho escolar; insere o inciso XIII no artigo 101 do Regimento Geral e dá outras providências. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 292**, de 27/11/2017. Regulamenta as Disciplinas Institucionais na modalidade a distância, as atividades extraclasse e a alteração do número de horas do crédito.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 342**, de 20/03/2018. Altera a redação do inciso IV do § 1º do Art. 2º da Resolução nº 292, de 27 de novembro de 2017.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 347**, de 20/04/2018. Altera a redação do Art. 2º da Resolução nº 292, de 27 de novembro de 2017

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 355**, de 19/06/2018. Aprova as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, suas ementas e referências, para implantação, a partir de 2018.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 447/2020**, de 10/11/2020. Estabelece a inclusão da Extensão na Estrutura Curricular dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer 5, de 20/03/2024**. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).